

LUAN RODRIGO DE FREITAS PESSANHA

**IDENTIDADE EM CRISE: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM
INIMIGO INTERNO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno **Luan Rodrigo de Freitas Pessanha**, ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Kai Michael Kenkel
Coordenador: Prof.^a Manuela Trindade Viana

LUAN RODRIGO DE FREITAS PESSANHA

**IDENTIDADE EM CRISE: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM
INIMIGO INTERNO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno Luan Rodrigo de Freitas Pessanha, ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais orientado pelo Prof. Dr. Kai Michael Kenkel, em 2019.1.

Aprovado em _____, de _____ de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Kai Michael Kenkel
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Orientador

Paula Orrico Sandrin
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Segunda Leitora

Conor Foley
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Coorientador

Com gratidão, dedico este trabalho a avó, Cilene e a mãe, Paula, que contribuíram para a minha formação como um indivíduo.

Agradeço a minha mãe, Ana Paula de Freitas, meu padrasto, Galdenilson de Oliveira José, minha prima, Giselle Cristina Rodrigues de Almeida, minha avó, Julcilene Rodrigues de Oliveira, e meu pai, Rodrigo Rodrigues Pessanha, por todo o apoio psicológico, emocional e financeiro sem o qual eu jamais poderia ter chegado até aqui.

Agradeço ao amigo, Pedro Henrique Nunes Netto, por toda assistência e acompanhamento durante todo o processo de escrita deste trabalho.

Agradeço ao amigo, Guilherme Siqueira Tavares, por me ajudar a ter um pouco de vida, quando as obrigações e deveres da vida adulta tentavam tirá-la de mim.

Agradeço encarecidamente aos amigos Ewan Morton, Geisler Felício Benevenuto, Jefferson Souza, Natália Teixeira dos Santos, Olimar Rivera Noa, Roelof Oldenbanning, Ruan Carlos Sousa Araújo, Samuel Stephen Mason, Thalita Ferreira por todos os debates, questionamentos, ideias e contribuições.

Agradeço ao Professor Kai Michael Kenkel por me aceitar como orientando e me guiar na elaboração deste trabalho, ajudando a conter meus pensamentos perdidos e a lapidar as melhores ideias.

Agradeço a Professora Paula Orrico Sandrin por todo sacrifício, atenção, dedicação, conselhos, revisões e pela contribuição essencial da aula de Identidades e Conflitos identitários para a confecção deste trabalho.

Agradeço aos amigos do trabalho Amanda Souza, Clara Ferreira, Iago Rodrigues, Gabriel Dias, Juliana Costa, Kaio Teixeira, Mariane Costa e Marília Garcez por todo apoio e compreensão em um momento tão conturbado da minha vida.

Agradeço, finalmente, ao ProUni (Programa Universidade para Todos) sem o qual o sonho, de uma criança de 12 anos do interior e de família humilde, de estudar na PUC-Rio poderia ter sido muito mais difícil ou poderia nem ter sido alcançado caso ele não existisse.

RESUMO

Neste trabalho, analisarei a existência de uma narrativa construída de uma identidade da “nação brasileira” ameaçada constantemente por um inimigo que se encontra dentro das fronteiras do Brasil. Esse inimigo interno deveria pertencer à ordem simbólica da nação, no entanto, o processo de identificação lacaniano implica que a tentativa de estabilização de uma identidade de nação brasileira ideal a ser alcançado pressupõe a designação de um bode expiatório. Essa designação ocorre a partir de uma narrativa fantasmática de que existe um inimigo que impede a concretização e estabilização de uma identidade da qual a nação brasileira se orgulhe, permitindo uma série de práticas de (in)securitização sobre os indivíduos. Esse fenômeno será analisado a partir dos diferentes discursos e práticas de identificação através da teoria de constituição do sujeito de Lacan e de uma abordagem de segurança ontológica. Além de relacionar o fenômeno ao discurso de guerra utilizado nas favelas para legitimar o uso da força em políticas de contenção e eliminação do inimigo interno.

Palavras-chave: Brasil, Favelas, Identidade, Lacan, Nação, (In) Securitização.

ABSTRACT

In this project, I analyse the existence of a narrative built on the concept of a “Brazilian national” identity, which is constantly threatened by an enemy within Brazil's own borders. This inner enemy should belong to the national symbolic order; however, I argue that the Lacanian identification process implies that the attempt to stabilize the ideal of a Brazilian nation identity (to be reached) precludes the designation of a scapegoat. This designation happens through the phantasmatic narrative that there is an enemy preventing the fulfilment and stabilization of an identity that the Brazilian nation is proud of, consequently allowing some (in)securitization policies to affect these individuals. This phenomenon will be analysed through the lens of different speeches and practices of identification, as well as through Lacan’s subject theory and an ontological security approach. It will be related to the "war speech" used in the favelas to legitimize the use of force with politics of contention and elimination of the inner enemy.

Keywords: Brazil, Favelas, Identity, Lacan, Nation, (In) Securitization.

RESUMEN

En este trabajo, analizo la existencia de una narrativa construida sobre la identidad de una "nación brasileña" amenazada constantemente por un enemigo dentro de las fronteras del Estado. Este enemigo interno debe pertenecer al orden simbólico de la nación. Sin embargo, el proceso de identificación lacaniano implica que el intento de estabilización del ideal de identidad de la nación brasileña que debe alcanzarse presupone la designación de un chivo expiatorio en una narrativa fantasmática. Esta narrativa propone la existencia de un enemigo que impide el cumplimiento y la estabilización de una identidad de la cual la nación brasileña se enorgullezca, permitiendo algunas políticas de (in) securitización hacia estas personas. Este fenómeno se analizará a partir de diferentes discursos y prácticas de identificación a través de la teoría del sujeto de Lacan y un enfoque de seguridad ontológica. Además, se relacionará con el discurso de guerra utilizado en las favelas para legitimar el uso de la fuerza con políticas de contención y eliminación del enemigo interno.

Palabras-claves: Identidad, Nación, (In) Securitización.

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem e lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize.” – Boaventura de Souza Santos

“O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. [...]

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia no interior das quais ela funciona no momento.” Michel Foucault, *Microfísica do poder*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO LACANIANA	13
2.1	Segurança Ontológica	13
2.2	Desejo, Subjetividade e Fantasia Lacaniana	18
2.3	Conflito no processo identitário	23
2.4	A Subjetividade do Estado	25
3	METODOLOGIA PSICANÁLITICA.....	29
4	IDENTIDADE IDEAL BRASILEIRA.....	36
4.1	Ausência de passado	37
4.2	Excesso de futuro	42
4.3	A crise de identidade no presente.....	46
5	O INIMIGO INTERNO.....	50
5.1	Lula.....	51
5.2	Sergio Cabral.....	54
5.3	Jair Bolsonaro	57
5.4	Witzel.....	61
5.5	Uso da Força e Direitos Humanos	63
6	CONCLUSÃO.....	67
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisarei a existência de uma narrativa construída de uma identidade da “nação brasileira” ameaçada constantemente por um inimigo que se encontra dentro das fronteiras do Estado. Esse inimigo interno deveria pertencer à ordem simbólica da nação, no entanto, o processo de identificação lacaniano implica que a tentativa de estabilização de uma identidade de nação brasileira ideal a ser alcançado pressupõe a designação de um bode expiatório. Essa designação ocorre a partir de uma narrativa fantasmática de que existe um inimigo que impede a concretização e estabilização de uma identidade da qual a nação brasileira se orgulhe, permitindo uma série de práticas de (in)securitização sobre os indivíduos. Esse fenômeno será analisado a partir dos diferentes discursos e práticas de identificação através da teoria de constituição do sujeito de Lacan e de uma abordagem de segurança ontológica. Além de relacionar o fenômeno ao discurso de guerra utilizado nas favelas para legitimar o uso da força em políticas de contenção e eliminação do inimigo interno.

Primeiro, apresentarei a ferramenta teórica deste trabalho onde me apoiarei sobre a teoria de constituição do sujeito de Jacques Lacan como uma abordagem construtivista alternativa para explicar as violências produzidas pelos discursos de securitização de determinada subjetividade. Começarei desenvolvendo o conceito de segurança ontológica e securitização relacionando os diferentes discursos e práticas de segurança do Estado brasileiro, como ferramentas de produção de identidade, de forma a explicar o fenômeno que permite violações severas de direitos humanos desse inimigo interno. Seguindo para o desenvolvimento do processo de identificação descrito por Lacan que observa a identidade como uma impossibilidade que permite a produção de práticas de securitização e insecuritização que levam à designação de um outro como uma ameaça à estabilidade e completude desta identidade nacional ideal. Meu objetivo, nesta parte do trabalho, é explicar como a teoria de constituição do sujeito lacaniana aliada a uma perspectiva de segurança ontológica constrói esse outro interior que, ao mesmo tempo em que é contingente à uma identidade coletiva brasileira, é representado como inimigo dela.

Seguindo a ferramenta teórica, discutirei sobre a metodologia psicanalítica de produção do conhecimento em relações internacionais, apresentando os conceitos teóricos, a definição do tipo de pesquisa quantos aos objetivos e à abordagem, a definição do objeto de estudo, as técnicas e procedimentos de coletas de dados e de análise da pesquisa, bem como a aferição das conclusões alcançadas.

Após desenvolver a metodologia e a ferramenta teórica, pretendo dissertar sobre uma representação da identidade nacional brasileira dominante e o reconhecimento de sua subjetividade. Uma vez que é necessário entender como a relação entre diferentes narrativas produziram uma identidade nacional dominante do Estado brasileiro, e consequentemente, as narrativas de segurança ontológica antes de analisar os discursos securitizantes que produzem esse outro interior. Para isso utilizarei obras pós-coloniais e de análise de política externa brasileira para relacionar o processo de colonização brasileiro e as projeções da política externa com o objetivo de estabelecer um conceito de nacionalidade que sirva de referência para essa identidade brasileira. Primeiro dissertarei sobre a inserção do Brasil no contexto colonial da América Latina com as obras de Walter D. Mignolo (2005) e Tavolaro (2009), depois analisarei os aspectos singulares da colonização portuguesa e seus efeitos sobre a identidade brasileira com o apoio de Boaventura Souza Santos (2003), em seguida farei uma análise sobre o mito da democracia racial e a ideia de miscigenação e branqueamento da cultura brasileira com o apoio de Maria Aparecida Silva Bento (2002), e por último analisarei alguns dos aspectos dominantes nas projeções da política externa brasileira que se propõem a produzir uma identidade nacional futura com o apoio da literatura de Rafael Mesquita (2016). Com todos esses autores, pretendo desenhar uma identidade nacional que se apresenta ausente e incompleta de forma que para mascarar tal incompletude e instabilidade, recorre à projeção de inconstâncias e incoerências em um bode expiatório.

Após estabelecer essas narrativas que sustentam a identidade nacional brasileira, farei uma análise sobre a formação do outro interior que é ao mesmo tempo inimigo e contingente dessa identidade nacional. Nessa parte do trabalho, mobilizarei a teoria lacaniana para analisar os discursos e práticas de securitização que objetivam defender e alcançar uma nação ideal através de sua securitização, produzindo uma narrativa que transforma o outro interior em um inimigo a ser

superado, contido e muitas vezes eliminado. Para alcançar esse objetivo, me basearei nas análises de diferentes discursos pronunciados por tomadores de decisão em momentos de produção e legitimação de políticas de segurança pública encontrados tanto em material acadêmico quanto midiático e em algumas práticas, símbolos, nomenclaturas e representações de políticas de segurança pública do Estado brasileiro. Ao analisar esses discursos e políticas, eu argumento que há uma conexão entre a narrativa de uma nação brasileira ideal ao desejo lacaniano de alcançar e estabilizar esse ideal através da securitização da própria identidade nacional brasileira, que de acordo com a segurança ontológica somada a perspectiva lacaniana e as análises do processo de formação colonial estariam em constante ameaça por esse inimigo interno, representado como o negro e o pobre marginalizado das favelas.

Ao estabelecer essas relações, esse trabalho tem por objetivo explicar os motivos que levam a violações de direitos humanos de civis brasileiros dentro das favelas, buscando denunciar práticas violentas de segurança pública por parte do Estado brasileiro ao avaliar como os processos de identificação são baseados em narrativas e discursos que permitem a desumanização, a desnacionalização e (in) securitização de certos indivíduos.

2 O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO LACANIANA

No presente capítulo irei desenvolver a ferramenta teórica que utilizarei para explicar o processo de identificação e a formação da alteridade do favelado, para isso precisarei desenvolver alguns conceitos importantes para o entendimento do processo e a teoria lacaniana do sujeito. O primeiro conceito essencial é o conceito da segurança ontológica e as narrativas de segurança ontológica que produzem um objeto a ser protegido e um outro objeto ameaçador a ser eliminado. Após estabelecer esses conceitos seguirei para a explicação da ferramenta teórica referente a abordagem lacaniana que dá sentido a produção da identidade segundo Lacan relacionando esse processo a segurança ontológica através dos conceitos de fantasia, desejo e ansiedade.

Em suma, este trabalho usará uma abordagem de segurança ontológica aliada à psicanálise lacaniana para dissertar sobre os processos de identificação do sujeito e explicar o processo de produção e reprodução de uma identidade nacional brasileira ideal a ser alcançada, estabilizada e protegida em detrimento de um outro interno que impediria o alcance dessa identidade e, por essa razão, representado como inimigo da nação a ser eliminado.

2.1 Segurança Ontológica

O conceito chave para fazer a leitura do contexto dentro deste trabalho é o conceito de segurança ontológica, porque através desse conceito é possível entender por que certos discursos justificam violências que são praticadas contra determinados indivíduos, enquanto mantém alguns protegidos dentro da esfera do Estado. O conceito foi inicialmente apresentado por Ronald David Laing na psicanálise, posteriormente adaptado por Anthony Giddens para a sociologia e então adaptado por alguns autores para as Relações Internacionais como Catarina Kinnvall, Marco A. Vieira entre outros.

No livro “Divided Self” de Laing, o psicanalista introduz, pela primeira vez, os conceitos de segurança e insegurança ontológica numa tentativa de produzir uma abordagem existencialista para a psicanálise, partindo de distúrbios psicológicos como a psicose e a esquizofrenia. A preocupação de Laing era encontrar práticas

psicanalíticas que buscassem enxergar o paciente como um indivíduo normal, analisando seu comportamento de forma que este fizesse sentido a partir do próprio universo do indivíduo e não encontrar uma “cura” para pacientes com esses distúrbios de forma a acomodá-los no mundo. Esta preocupação levou Laing a se tornar uma das figuras mais importantes no movimento anti-psiquiátrico, derivado de seu comprometimento filosófico com a subjetividade do indivíduo (Laing, 2010).

A partir dessas referências, Laing apresenta os conceitos de segurança e insegurança ontológica, o psicanalista argumenta que a psicose e esquizofrenia podem ocorrer quando há uma “ausência parcial ou quase completa das certezas derivadas da identificação existencial” (ibid.:39, ênfase no original). Para o psicanalista, a segurança ontológica é a experiência do sujeito sobre si mesmo como sendo real, vivo, completo; separado do resto do mundo em circunstâncias tão claramente ordinárias que sua identidade e autonomia nunca são questionadas; como um contínuo no tempo, tendo uma consistência, substância, e valor interior; tendo surgido ao nascer e sendo propensa a desaparecer com a morte. Esse sujeito, portanto, teria um centro rígido da segurança ontológica, uma certeza de sua identificação existencial em relação ao exterior de si (Ibid.: 41 – 42). Ao avaliar a segurança ontológica a partir de uma abordagem realista, Mitzen define a segurança ontológica como uma condição/estado que um indivíduo obtém quando tem expectativas confiantes, mesmo que probabilisticamente, sobre as relações dos meios e fins que governam sua vida social, acompanhado de segurança ontológica, o indivíduo saberá como agir e, portanto, como ser ele mesmo (Mitzen, 2006).

Por outro lado, o indivíduo destituído dessa certeza é identificado dentro do espectro da insegurança ontológica. Para Laing, o indivíduo que carece dessa segurança está constantemente questionando sua identidade e autonomia. Ele pode carecer de uma percepção própria de temporalidade contínua, ou possuir um senso de consistência e coesão. Ele se sente mais insubstancial do que substancial, levando a incapacidade de assumir sua existência como genuína, boa e valorosa. Tal condição leva o indivíduo a ter experiências cotidianas em torno de si que são constantemente e existencialmente ameaçadoras; o indivíduo está perpetuamente diante de um pavor de perder a si mesmo. Ele não pode cognitivamente organizar mudanças e superar desafios de forma que ele possa se adaptar e responder, não reconhecendo sua própria autonomia; ao invés disso ele se sente sobrecarregado,

sugado ou petrificado por elas (Laing, 2010). O indivíduo dotado de insegurança ontológica se encontra em um profundo estado debilitante de não saber quais perigos confrontar e quais ignorar, ou seja, como lidar com o mundo. Quando há insegurança ontológica, a energia do indivíduo é consumida para buscar necessidades imediatas, o indivíduo é incapaz de relacionar sistematicamente fins aos meios no presente, muito menos planejar seus próximos passos (Mitzen, 2006). Ele não consegue formar relações com os “outros” porque a ausência de um lugar estável para encará-las, gera a possibilidade de ser engolido por elas. Estratégias para lidar com a situação frequentemente aumentam o problema, uma vez que o indivíduo recua para dentro de si, ou tenta *despersonalizar os outros* de forma a neutralizar essas existências externas, incluindo eliminá-las (Laing, 2010). Nesta perspectiva, é necessário algum nível de segurança ontológica para que ocorram interações pessoais e sociais significativas.

Anthony Giddens oferece uma interpretação sociológica da segurança ontológica de Laing, o sociólogo afirma que a segurança ontológica depende da nossa habilidade de acreditar em narrativas e rotinas sociais nas quais estamos imersos e pelas quais nossa identidade é constituída, de forma que não nos tornemos obsessivamente preocupados com a natureza frágil e contingente do senso de si mesmo, de nossa identidade. Acreditar nessas narrativas e aceitá-las permite um senso de agência, um senso de identidade pelo qual podemos nos relacionar com outros indivíduos. O objetivo de Giddens não é “aceitar” a realidade, mas “criar pontos de referência ontológica como parte essencial da ideia de continuidade no cotidiano” (Giddens, 1991, p.48), uma vez que a segurança ontológica do indivíduo não é uma verdade estável e duradoura, mas são produzidas e canonizadas através dessas rotinas. Ao assumir essas narrativas como verdade, estabilizando seus significados, o indivíduo é capaz de interagir socialmente, construir narrativas, histórias e planejar sua vida diária sem ser constantemente confrontado pela natureza contingente de sua própria identidade (Ibid.:48).

Giddens argumenta que todos os atores sociais sabem intrinsecamente que por trás das rotinas da vida diária, espreita o caos. A possibilidade de consciência constante desse caos geraria uma ansiedade tremenda tornando difícil reconciliar ameaças concorrentes e agir na vida social. Mesmo se um ator pudesse imaginar cada contingência possível, a tentativa de manter todas as ameaças distantes,

contê-las ou eliminá-las seria exaustiva. Portanto para os indivíduos assumirem suas identidades, isso é, serem *eles mesmos* e exercerem sua agência na sociedade, eles precisam aceitar a incerteza em limites toleráveis, com a sensação de confiança de que suas narrativas serão previsivelmente reproduzidas (Mitzen, 2006). Essa confiança se refere a segurança ontológica, um senso fundamental de segurança no mundo incluindo a confiança básica de outras pessoas. Obter tal confiança se torna necessário para uma pessoa manter um senso psicológico de bem-estar e evitar uma ansiedade existencial. Em termos básicos, a segurança ontológica é a segurança do ser, um senso de autoconfiança e confiança externa de que o mundo é o que ele aparenta ser. Essa confiança é uma espécie de remédio contra ansiedades existenciais – “uma proteção contra uma ameaça e perigos futuros que permitem ao indivíduo sustentar esperança e coragem em face de qualquer circunstância debilitante que ele possa vir a confrontar” (Giddens, 1991, p.39).

Para ambos, Giddens e Laing, o indivíduo ontologicamente seguro tem um senso estável de sua identidade, um certo nível de aceitação das narrativas que compõem sua identidade que permitem a ele um senso de agência. No entanto, essas narrativas às quais se baseiam a segurança ontológica são rígidas e frágeis, gerando a possibilidade do senso comum de se apoiar nelas ou de desafiá-las e alterá-las (Steele, 2005), apontando a origem das violências causadas pela insegurança ontológica. Uma vez que o abandono ou mudança das rotinas construídas por essas narrativas seriam percebidas como uma ameaça ao senso de agência (Mitzen, 2006).

As dinâmicas de stasis e mudança, crise e normalidade, e inclusão e exclusão geralmente dependem da habilidade ou inabilidade dos agentes de manter um senso estável de suas identidades para evitar o pavor da insegurança ontológica e construir rotinas saudáveis das quais eles podem basear suas identidades. Kinnvall argumenta que a insegurança ontológica de um ator aumenta em resposta a esses desafios a suas rotinas diárias, a essas ansiedades existenciais. Os atores tendem a securitizar a subjetividade, o que significa intensificar uma busca por uma identidade estável. Essa securitização intensifica os contrastes entre o “eu” e o “outro” de forma que alcança a segurança ontológica à custa do outro, isso ocorre porque securitizar a subjetividade sempre envolve um outro-estranho, porque a subjetividade não é um objeto estático, mas é parte de um processo maior de construção identitária

(Kinnvall, 2004). Este processo é intersubjetivo, como veremos mais adiante na abordagem Lacaniana, implicando que as noções de subjetividade internalizadas não podem ser separadas da representação e das relações entre o eu outro.

Nesse sentido, segurança e insegurança ontológica aparecem como demarcadores da estabilidade e instabilidade como coordenadas políticas dentro de determinado contexto, onde certas narrativas são aceitas e estabelecidas, certas exclusões são necessárias para estabelecer a lógica e as fronteiras da subjetividade (Croft, 2012). Mesmo as narrativas de segurança ontológica mais estáveis e hegemônicas, ao encontrar um evento adverso, entrando em um estado de crise e perdendo a aparência de estabilidade, buscam reaver seu status hegemônico culpando um “outro” (Stravaskis, 2007), mesmo que seja um outro interior, como será analisado no caso brasileiro.

Neste trabalho, apresentarei a existência de uma narrativa construída de uma “*nação brasileira*” ameaçada constantemente por um inimigo que se encontra dentro das fronteiras do Estado. Esse inimigo interno deveria pertencer a ordem simbólica da nação, no entanto, a securitização de *um ideal de nação brasileira* a ser alcançado leva a busca por um bode expiatório, uma narrativa fantasiosa de que existe um inimigo que impede a concretização e estabilização de uma identidade da qual as pessoas se orgulhem. Esse fenômeno será analisado a partir dos diferentes discursos e práticas de identificação, e será relacionado ao discurso de guerra utilizado nas favelas para eliminar o inimigo interno.

Portanto, a segurança ontológica é uma parte importante desse trabalho, porque é a partir dela que considerarei as narrativas construídas sobre uma identidade brasileira em crise, segundo os discursos de alteridade que securitizam um objeto em detrimento da insegurança de um outro, vítima desse processo de securitização.

Entretanto, existem limitações na abordagem da segurança ontológica que devem ser consideradas, principalmente devido às marcas coloniais encontradas na sociedade brasileira. Como observado por Vieira em sua análise da política externa brasileira, a ordem simbólica de identificação brasileira passou por diversas fases que são incongruentes entre si. Vieira mostra como a política externa foi de um extremo a outro, apresentando o Brasil ora como uma nação de valores ocidentais, securitizando uma identidade nacional brasileira branca em detrimento da

diversidade étnica, ora como uma nação plural onde a diversidade se torna uma marca de prestígio transformando o Brasil em uma ponte entre dois mundos (Vieira, 2017). Indiferente da ordem simbólica, ambas narrativas buscavam alcançar uma estabilidade da identidade nacional, uma ideia de Brasil potência que jamais foi alcançada fazendo com que esses discursos produzidos pela segurança ontológica para a estabilização de uma narrativa que preencha o sentido de agência brasileira são sempre produzidas em um tempo futuro, como mostrarei mais adiante com a ajuda de Rafael Mesquita (2016), sendo portanto necessário desenvolver a segurança ontológica através de outra abordagem para preencher essa lacuna identitária de estabilidade no tempo presente.

Em suma, eu argumento que existe uma concepção de nação brasileira que tenta se fazer hegemônica e é investida de afetos. Além de utilizar a segurança ontológica como um ponto referencial para explicar o fenômeno da violência praticada contra aqueles que são vistos como ameaçadores para esse ideal, minha argumentação é baseada também nas leituras de Lacan sobre a busca constante por uma estabilização identitária causada por uma ausência de essência tanto do sujeito quanto de seus objetos de identificação. O mascaramento de tal ausência é observado em discursos de segurança ontológica que justificam suas práticas em nome de uma identidade ideal futura, ou seja, a estabilização de práticas de segurança ontológica brasileira se justificam através da projeção de uma identidade futura ideal que produzem esse inimigo interno a ser eliminado devido a ausência de componentes simbólicos impedindo a identidade dominante alcançar sua estabilidade, plenitude e hegemonia, produzindo uma identidade em crise.

2.2 Desejo, Subjetividade e Fantasia Lacaniana

Nesta seção deste capítulo desenvolverei o processo de formação identitária através da teoria do sujeito de Jacques Lacan, e como ele observa esses processos de identificação, buscando entender os preceitos que formam o pensamento lacaniano e de que forma a teoria explica essa incompletude identitária encontrada nas narrativas de segurança ontológica brasileira que produzem esse inimigo interno da nação. Jacques Marie Émile Lacan foi um psicanalista e psiquiatra francês considerado o psicanalista mais controverso desde Freud, tendo suas ideias influenciado fortemente as teorias críticas e pós-estruturalistas, uma vez que sua

psicanálise buscava entender o processo de formação identitária do sujeito através da socialização do indivíduo, ou seja, da imersão do indivíduo em um mundo construído por um outro externo a si, onde a própria percepção do sujeito é reconhecida através de um processo exterior alienante, como elaborado no estágio do espelho. A abordagem lacaniana é importante porque através do processo de identificação lacaniana é possível associar os discursos e práticas de segurança ontológica a uma promessa de preencher a ausência característica da identidade brasileira lacaniana através da fantasia de que um *outro* seria o responsável pelo não alcance dessa completude identitária.

- **Pensando em uma Segurança Ontológica segundo Lacan**

A partir de uma abordagem lacaniana, podemos pensar em segurança ontológica de forma diferente de Giddens e Laing. Giddens afirma que os indivíduos buscam e aquiescem a narrativas rígidas e frágeis da segurança ontológica das quais eles interpretam e se relacionam com o mundo exterior, no entanto a visão de Lacan mostra que esse desejo de estabilização é infundável, isso é, ele nunca para. Diferente de Giddens, Lacan trabalha com um postulado de que os processos de identificação através da linguagem e da percepção de si do sujeito impedem que ele ocupe um vazio existencial com essas narrativas, apesar de ele desejar constantemente alcançar essa plenitude e estabilidade do ser através da satisfação do desejo (Stravakakis, 2007). Isso corrobora a ideia de que existe uma tentativa constante de estabilizar a identidade coletiva, apesar de ela ser constantemente frustrada porque a própria ordem simbólica, na qual circulam nossos objetos de identificação, incluindo a nação, é ausente de fundamentos e essência.

Para entender essas frustrações é necessário ir mais a fundo no processo de construção identitária, como explicado por Campbell (1998) um elemento crucial de toda formação identitária, incluindo a identidade nacional, é o elemento discursivo de que identidades se baseiam na diferença. Em suas próprias palavras “a constituição da identidade é alcançada através da inscrição de fronteiras que servem para demarcar um ‘interior’ de um ‘exterior’, o ‘eu’ de um ‘outro’, um ‘doméstico’ de um ‘externo’” (Ibid.:9). Portanto, identidades nunca são completamente positivas, por mais inclusivas que tentem ser, e elas estão sempre limitadas por um processo de reconhecimento que exige a existência de um outro.

- **Desejo**

Essa diferenciação entre o “eu” e o “outro” na construção coletiva da identidade nacional funciona como ferramenta de coesão social, como laços afetivos. Como mostrado por Stravakakis (2007) em sua leitura de Freud ao tentar explicar a persistência dessa forma de identificação nacional, ‘um grupo permanece unido por algum tipo de força: e que força poderia ser mais bem descrita do que Eros, que une tudo no mundo?’ (Freud, 1991, p.140). Stravakaskis explica que a ideia da libido Freudiana assumida nesse formato de Eros tem um compromisso dual que traz um lado sombrio para essas paixões afetivas investidas em símbolos nacionais. Esse lado sombrio se expressa pelo ódio e agressividade, nas palavras de Freud: ‘é sempre possível unir um número considerável de pessoas no amor (para criar, em outras palavras uma identificação compartilhada investida em libido), desde que haja outras pessoas fora para receber as manifestações de agressividade (Freud apud, Stravakakis 2007, 193 – 194). E aqui ocorre a passagem da forma para a força, onde é possível explicar certas violências praticadas contra identidades exteriores e identidades interiores que não se enquadram nas expectativas dos discursos produzidos pela segurança ontológica. Nas palavras de Stravakaskis: “a diferença, portanto, se torna antagonismo e ódio: a força antagonística ameaça ou é construída como ameaçadora a minha identidade, mas ao mesmo tempo, se torna uma presença cuja exclusão ativa mantém minha consistência’ (Stravaskis, 2007, 194). O Estado moderno se torna então uma ferramenta para definir amigos e inimigos para garantir a pureza do “nós” (Delanty, 1995), para aquilo que Stravaskis chama de emoção política, uma ferramenta que consegue exprimir um desejo coletivo quase hegemônico.

Lacan ao desenvolver o conceito de “jouissance” o define como uma satisfação tão excessiva e carregada que se torna dolorosa e parece ocupar um lugar parcialmente se sobrepondo ao que é associado a libido Freudiana, essa força do Eros capaz de unir um grupo com amor desde que haja pessoas fora do grupo para receber as expressões de violência e ódio desse grupo. A emergência do desejo lacaniano é inicialmente relacionada ao processo de castração simbólica: uma limitação imposta sobre o indivíduo ao entrar no mundo social da representação linguística. A limitação ocasionada por esse encontro do indivíduo com a sociedade leva a perda de um suposto estado pré-simbólico de completude e totalidade, e isso permite ao indivíduo desenvolver o desejo, incluindo o desejo de recapturar essa

plenitude pré-simbólica relacionada a sua própria identificação, em particular com projetos políticos, ideologias e discursos. Por isso, os discursos políticos quase sempre focam na entrega de uma “vida boa” ou uma “sociedade justa” que são ficções de um estado futuro ao qual as limitações atuais sobre o nosso desejo serão superadas (Stravakakis, 2007).

O pressuposto do desejo de retorno a uma glória passada da nação brasileira é um pouco mais complexo devido ao processo de formação histórica da identidade nacional brasileira. O Brasil foi construído e é formado por diferentes grupos identitários que ocupam diferentes níveis hierárquicos na sociedade, onde um grupo dominante busca ser o representativo do todo, sendo, portanto, *desejo* de uma elite produzir uma narrativa do que seria, *de fato*, a nação brasileira. Isso faz com que o projeto político de uma estabilização identitária brasileira exclua membros da própria nação, a medida em que almeja alcançar uma narrativa futura de grandeza ainda não alcançada constantemente ameaçada e impedida pela existência desses outros internos, ou seja, essa narrativa de uma identidade ideal é securitizada em detrimento da (in) securitização desses outros internos.

- **Subjetividade**

A conceituação de subjetividade lacaniana vê o sujeito como radicalmente social e fundamentalmente incompleto. Para nos tornarmos sujeitos, Lacan explica que precisamos nos identificar com um significante, que se torna o lócus da nossa identidade e mediador com o mundo social: primeiro com nosso nome dado quando aprendemos a falar, depois com um número de outros significantes que denotam papéis particulares, tais como “mulher”, “esposa”, “brasileiro”, “negro”, “favelado”. Estes significantes fornecem um lugar para nós dentro da ordem social, ou seja, uma identidade social, adotá-los nos garante reconhecimento social dos outros. No entanto, eles também são uma fonte de uma alienação insuperável, já que entrar no mundo social está conectado com uma “perda primordial” de uma ordem pré-simbólica. Isso ocorre porque as fontes que utilizamos para nossa constituição como sujeito, todos esses significantes, papéis sociais e práticas são literalmente exteriores a nós; eles são pertencentes a ordens que existem antes de nós (Žižek, 1997; Epstein, 2011). Ao se tornarem atores sociais, os sujeitos se constituem através desse vácuo que marca a perda primordial, uma ausência de essência ou fundação. Por isso, para Lacan, existe uma busca constante do preenchimento

desse vazio ontológico com *fantasias*, um mecanismo que nos impede do caos, que nos impede de ter ansiedade existencial constante causado pela percepção desse vazio ontológico representado pela perda primordial ao entrar no mundo sociolinguístico (Lacan, 1977). Essas fantasias são as ferramentas discursivas que vão sustentar a ideia de um objeto a ser securitizado e de um outro ameaçador a esse objeto.

- **Fantasia**

Em sua explicação sobre Identificação, Lacan argumenta que o sujeito pode momentaneamente experimentar algo *próximo* da obtenção de sua estabilidade e plenitude, do seu senso de si, e é nesse momento único onde o prazer do indivíduo é exacerbado. Uma vitória na Copa do Mundo, nas Olimpíadas, em uma guerra, são experiências típicas de exacerbação do prazer e *quase* alcance do desejo de estabilidade e plenitude do ser. E é importante destacar a palavra *quase*, porque o prazer obtido se difere do prazer esperado, fazendo com que esse vazio da incompletude identitária seja preenchida apenas parcialmente, alimentando a dissatisfação que resta em outros temas. Esse espaço de incompletude reinscreve a falta do sujeito na economia, na segurança, na política, em suma, a falta de uma outra fonte de prazer e, portanto, produz essa busca constante pela recaptura desse prazer que toma forma no desejo humano. Em outras palavras, a vida social como conhecemos é fundada na impossibilidade de alcançar completamente um desejo perdido; ao mesmo tempo em que sua atração depende da possibilidade de alcançar esse desejo, mesmo que parcialmente. E é a partir dessa constante frustração que é possível entender as promessas da segurança ontológica da fantasia (Eberle, 2017).

O conceito de fantasia para Lacan é significativamente diferente do conceito coloquial de fantasia, para o psicanalista, fantasia significa a estrutura, em sua maioria discursiva, pela qual o sujeito é capaz de perseguir o desejo do entendimento de si mesmo, de sua completude, embora ele nunca seja realizado, sendo portanto uma “*fantasia*” (Vieira, 2017). A fantasia funciona como a ferramenta que corrobora o discurso da segurança ontológica, ou seja, o alcance de um estado de *quase* plenitude do ser ocasionado pelo prazer da realização *parcial* do desejo. Fantasias conectam sujeitos a ordens sociais por incitar o desejo, canalizando-o para um objeto socialmente construído, como bens materiais, parceiros ou

interesses políticos, portanto o *desejo* é o combustível que permite a ferramenta *fantasia* criar uma cola na ordem social (Eberle, 2017).

No entanto, essa cola ou estabilidade que permite os processos políticos de identificação através do desejo não são politicamente neutros, eles são intimamente ligados aos problemas de poder e exclusão que estão no centro de constituição de qualquer tipo de ordem, mostrando a importância do conceito de fantasia. Quase todos os discursos políticos se baseiam na ideia de fantasia, de histórias contadas ao coletivo que fazem sentido desse mundo multifacetado (Ibid.:4).

Fantasia como narrativa constitui e estabiliza o senso subjetivo de realidade performando um ato de equilíbrio. De um lado, a fantasia promete uma resolução harmoniosa do antagonismo social, o preenchimento do vazio e uma estabilização das narrativas da segurança ontológica. E por outro, essa dimensão é sustentada por uma fantasia paranoica que nos diz por que não alcançamos a realização do nosso desejo (Zizek, 1989), uma frustração que traz consigo a insegurança ontológica. Esse cenário construído do desejo roubado pelas limitações sociais é então concentrado na imagem de um “outro” que roubou esse desejo de “nós”. O ‘objeto’ nas fantasias e aqueles nos impedindo de alcançar nossos desejos são então unidos por uma força particular, porque a nossa própria identidade é apresentada como dependente do alcance deste objeto (Eberle, 2017). No caso da identidade brasileira, isso é perceptível na projeção de sua política externa que está sempre se referindo a um futuro brilhante, ao passo que na política doméstica busca apagar os traços presentes dessa identidade através da eliminação desse ladrão da realização do desejo de “nós”.

2.3 Conflito no processo identitário

Como visto na seção anterior, as fantasias funcionariam como uma proteção contra a ansiedade ao negar a ambiguidade e complexidade de determinada situação. Elas alimentam a nossa “fome por certezas” ao nos oferecer uma abordagem fácil sobre a realidade reduzindo-a entre duas opções, construída como uma resolução entre um conflito existencial entre o bem e o mal (Eberle, 2017). Como por exemplo, elas reproduziriam a ideia de uma “civilização”, oferecendo expectativas de como fazer a nação completa, forte e rica de novo, em contraste com imagens hediondas de declínio fatal. Nesse aspecto, a fantasia dialoga com a

literatura da segurança ontológica ao fornecer estabilizações das percepções da realidade diante de um mundo de incertezas, um filtro que permite o entendimento do mundo e que o torna suportável, ou seja a fantasia oferece exatamente a “*segurança do ser* (Kinvall, 2004), *segurança em como ser* (Steele, 2008), *segurança da identidade e o senso do sujeito de quem ele é* (Mitzen, 2006)” (ibid.:7), estando intimamente relacionada a abordagem da segurança ontológica (ibid.:7). A fantasia é, portanto, um instrumento para securitizar um objeto através desses discursos duais.

A abordagem da fantasia e segurança ontológica se encontram nessa visão da reprodução e estabilização do ser no mundo social. A segurança ontológica também conecta narrativa, prática e aspectos afetivos da subjetividade. Começando de um sujeito que “precisa se exprimir como um indivíduo completo e contínuo no tempo” (Mitzen, 2006, p.342), suprimindo o medo da incerteza através de rotinas as quais eles se tornam apegados ou através da construção de narrativas biográficas (Steele, 2005, 2008; Croft 2012). Eberle define, portanto, que a fantasia é a soma entre narrativa, desejo e segurança ontológica, onde a narrativa captura o desejo subjetivo por completude e o transforma em um cenário com sujeitos dotados (da promessa) de segurança ontológica (Eberle, 2017).

Entretanto, como explicado anteriormente enquanto a segurança ontológica prevê um sujeito seguro e estável, o sujeito laciano é o oposto, instável, incompleto e inseguro. Isso transforma as conclusões das diferentes abordagens ao analisar o caso brasileiro, enquanto na segurança ontológica o conflito surgiria a partir de uma ameaça que rompe com a ordem das coisas, na visão Laciana essa ameaça é sempre presente e reforçada constantemente através das narrativas da fantasia. Incapaz de alcançar uma plenitude do ser, o indivíduo busca bodes expiatórios para justificar o não alcance do desejo, culpando-o por tal situação. A fantasia provê, portanto, uma estrutura particular de um ideal, um obstáculo e um futuro potencialmente maravilhoso e hediondo, assim como a presença de um certo “objeto” cujo alcance (representado como a remoção dos obstáculos e/ou o alcance do ideal) promete uma garantia de plenitude identitária. Adicionalmente, o aspecto “obsceno” é geralmente traduzido em narrativas de excesso de prazer ou roubo do prazer, no qual alguém é representado como um aproveitador da estrutura além dos limites e às nossas custas (Zizek, 1991; Stravakakis, 2007). Em outras palavras,

alguém não é somente representado como uma ameaça, um inimigo ou um outro antagonista através de uma narrativa racional ostensiva, mas também como um ladrão do meu prazer que me impede de alcançar o meu desejo, e com isso o prazer causado pela realização da completude identitária parcial (Eberle, 2017).

A fantasia no caso brasileiro pode ser trabalhada de diferentes formas, nesse trabalho, especificamente, a fantasia se refere a frustração constante do alcance de um projeto político futuro de plenitude da nação brasileira como, por exemplo, a ideia de se tornar uma potência no cenário internacional, onde a manutenção da fantasia pressupõe a identificação de um bode expiatório que se encontra dentro da própria nação impedindo o alcance desse objetivo. A medida em que a nação falha em alcançar determinadas características construídas nas narrativas de uma ideia ou expectativa de um *Destino Inescapável* brasileiro de grandeza, ela constrói fantasias de que há um grupo interno impedindo o alcance dessa narrativa. Esse grupo interno é representado nestas narrativas pelo favelado, principalmente o negro e o pobre, que é apresentado como um *inimigo do futuro da nação*, sua existência impede um futuro glorioso e ameaça a segurança e estabilidade da nação. Ao mesmo tempo em que ele é representado como um aproveitador da situação à custa da nação brasileira.

2.4 A Subjetividade do Estado

Após entender como é observado o processo de formação identitária para Lacan e como isso se aplica a uma identidade coletiva através da segurança ontológica, é preciso entender as agências dos sujeitos envolvidos nesses processos, ou seja, como relacionar o conceito de nação ao conceito de Estado através das práticas de identificação coletiva.

Como mostrado anteriormente, pelo processo de constituição do sujeito de Lacan, a constituição do indivíduo como um ser singular dotado de um senso de identidade e um desejo em torná-la completa ocorre a partir do momento em que o indivíduo entra no mundo sociolinguístico. Isso quer dizer que o processo de formação identitária do indivíduo ocorre através da socialização, da imersão em discursos e narrativas pré-existentes que limitam e permitem a atuação do indivíduo na sociedade, ou seja, aquilo que inibe o seu desejo é a mesma estrutura que concede sua agência. Essas narrativas pré-existentes por sua vez são construídas e

reforçadas através da fantasia, e vem com a carga negativa de uma tentativa de securitizar e estabilizar uma identidade coletiva em detrimento de um grupo não pertencente, ou seja, uma busca por uma segurança ontológica limitada a um certo grupo de indivíduos em contrapartida de uma inseguritização de todos os outros grupos externos apresentados no discurso da fantasia como ameaças a segurança ontológica desses.

A segurança ontológica apresentada como um “*significante denso*” aborda as relações estruturais pelas quais o discurso da segurança é apresentado. Estas relações estruturais refletem a divisão e desigualdade de poder entre aqueles envolvidos e afetados pelo discurso. Isso significa que aqueles que produzem o discurso também tem poder de torná-lo “*verdade*”, ou seja, forçar uma leitura particular de uma ameaça de acordo com a forma que pessoas e grupos são definidos (Kinnvall, 2005). Este poder de tornar o discurso “*verdade*” é particularmente evidente em casos onde um grupo dominante detém mais privilégios e recursos, e quando esse grupo usa a linguagem da diferença como um meio de legitimizar sua dominação e marginalização sobre outros (van Dijk, 1997). Portanto, a formação dessa segurança ontológica coletiva é dependente dessas narrativas e fantasias que dão forma e concedem agenciamento a uma entidade superior coletiva que age em nome de “*nós*” ou do grupo dominante em questão. Essa entidade superior coletiva pode ser identificada como aquele que detém o poder de execução e nesse trabalho será identificada como o “*Estado-nação*” que reforça símbolos e práticas para delimitar aqueles que se encontram dentro e fora do grupo coletivo nacional e do grupo doméstico dominante. Com isso, o Estado moderno se torna uma ferramenta para definir amigos e inimigos para garantir a pureza do “*nós*” (Delanty, 1995).

Em seu artigo de identidade e política externa brasileira, Vieira (2017) usa uma análise focada nas fontes afetivas e processos de identificação historicamente situados entre as elites que afirmam falar em nome do Estado brasileiro e que estão em posição dominante dentro do aparato institucional de política externa, usando desse modelo para explicar as políticas externas adotadas pelo Brasil em diferentes períodos históricos (Vieira, 2017). Minha análise dialoga com esse artigo a medida em que se baseia em discursos e práticas feitos por autoridades nacionais e

peças influentes na formação da securitização das narrativas de identidade nacional que buscam a estabilização dessa segurança ontológica.

Inspirado pelas análises de Vieira sobre Pierre Bordieu, eu assumo o Estado não como uma entidade unitária e materializada, mas do contrário, como uma instituição historicamente construída pelas relações dinâmicas entre os múltiplos campos das subjetividades socializadas e das práticas habituais cotidianas. O Estado é resultado da interação social e sujeito aos diferentes discursos e narrativas construídos através dessas interações que limitam e permitem o seu agenciamento, que é transformado na securitização de um ideal de nação, bem como a definição de ameaça para esse ideal com a inseguritização daqueles que seriam tidos como inimigos desse objeto de desejo (Vieira, 2017).

Portanto, nesse trabalho o Estado é apresentado como um conjunto de identidades acomodadas através do discurso daqueles que tem poder de influenciar em seu comportamento, ou seja, um resultado da união da linguagem, agência e identidade (Epstein, 2010). Como observado por Epstein, enquanto ainda é difícil demonstrar que os Estados possuem uma subjetividade, os Estados falam, e essa habilidade é central para aquilo que eles fazem e quem eles são nas dinâmicas de identidade. A questão levantada por ela sobre “quem fala?” é relevante porque é a partir dela que podemos analisar os discursos e práticas que moldam as políticas do Estado, principalmente porque nesse trabalho estarei analisando dois grupos de indivíduos que deveriam estar localizados dentro da mesma esfera simbólica, isso é, pertencentes ao mesmo grupo, mas que são representados como antagonistas dentro da ideia de uma identidade coletiva. Por isso é importante reconhecer quem é o responsável por definir o “eu” e o “outro” dentro da nação brasileira. E para este trabalho especificamente, me apoiarei naqueles que tem poder para definir políticas e nos agentes de segurança que lidam diariamente com a situação analisada em questão e nas suas relações com esse outro favelado.

Ao explicitar a abordagem lacaniana e para prosseguir com essa pesquisa, é necessário definir, portanto, 3 objetos a serem analisados nesse trabalho dentro da subjetividade brasileira: o desejo, a fantasia e o responsável pela frustração. O primeiro objeto, o desejo, se refere a identidade a ser alcançada, uma nação brasileira ideal, e o prazer gerado ao alcançar mesmo que parcialmente essa plenitude identitária do indivíduo. O segundo objeto, a fantasia, se refere aos

discursos e narrativas construídas que securitizam um objeto através de um discurso do medo que permitem a criação do terceiro objeto, o outro interior, aquele que é tido como bode expiatório ou o ladrão do prazer, inimigo e ameaça nacional que deve ser contido e eliminado.

3 METODOLOGIA PSICANÁLITICA

Pensar em uma metodologia que aborde a psicanálise em relações internacionais é um exercício complicado, em vista de que a psicanálise possui um método próprio de produzir conhecimento, que se distingue dos métodos convencionais de produção de conhecimento. Ao associar essa disciplina a psicanálise, a análise é focada em um microcosmo das ações cotidianas, pensamentos e ações diretas de atores individuais e grupos sociais, cujo conhecimento produzido perpassa o campo exógeno das decisões estratégicas de chefes de Estado, ou de diplomatas e de relações interestados, comum dos cânones tradicionais das relações internacionais. Isso permite uma metodologia que se encontra, de forma simultânea, no microcosmo humano e no macroambiente das relações internacionais, permitindo um diálogo interdisciplinar, com as complementaridades de seus recortes científicos, visando o progresso de sua produção (Castro, 2016). Em vista da necessidade de um método de pesquisa diferenciado para a crítica social em relações internacionais, neste capítulo explicarei o funcionamento dessa forma de produzir conhecimento acadêmico.

A metodologia psicanalítica para Relações Internacionais precisa ser pensada através de variáveis e interpretações que envolvem teoria, objeto de pesquisa e o próprio pesquisador, podendo ser classificada como uma pesquisa causal ou explicativa (Roudinesco, 1994). Para este trabalho, me apoiarei sobre uma pesquisa explicativa com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre determinada realidade, explicando os motivos, porquês e a razão de determinado fenômeno através de uma abordagem qualitativa que considera uma relação dinâmica entre o mundo construído e o sujeito, identificando e analisando dados discursivos e práticas que expressam e reforçam sentimentos, sensações, percepções e intenções.

De acordo com Rosa e Domingues (2010), a pesquisa psicanalítica fora do contexto clínico, foi denominada por Lacan de *psicanálise em extensão*. Essa denominação foi proposta por Lacan na *Proposição de 9 de outubro de 1967* sobre a psicanálise da *Escola*, em que distingue a psicanálise como *intensão* da *extensão*. A psicanálise em intensão para diferenciá-la de uma sociologia quantitativa: “Repensa a ordem institucional em função de uma primazia atribuída à ordem teórica. E esta

ordem teórica a deduz da experiência do tratamento enquanto passagem pela castração e pelo mito edipiano” (Roudinesco, 1994, p.476).

Apesar de alguns psicanalistas defenderem a ideia de que a psicanálise surgiu na clínica e deveria se restringir a ela (Farias,1996; Elia, 2000; Poli, 2005), Mezan (1995) diz que “desvendando os processos inconscientes, a psicanálise não teria por que se privar de demonstrar o funcionamento de tais processos em outros domínios da atividade humana” (ibid.: p. 136). Mesmo que seus conceitos tenham origem na clínica, “a psicanálise é uma ciência como outras, um corpo de conhecimento coerente e subsistente por si mesmo, passível de ‘aplicação’ em territórios estranhos àqueles em que se formaram seus conceitos” (ibid.: p. 127). Em favor de uma abordagem psicanalítica do campo social, Enriquez (2005) argumenta que: “a psicanálise não é apenas uma ciência da psique isolada, ela é concernida pelo e concerne diretamente o social. [...] O método da escrita das obras sociológicas de Freud é coerente com a démarche adotada no tratamento, ele faz descobrir.” (Enriquez, 2005, p. 158).

Para Enriquez (2005), de certa forma, a sociologia e a psicanálise têm o mesmo objeto de estudo: “a criação e evolução do laço social”. Enquanto a primeira foca nos aspectos objetivos das interações sociais, a segunda se detém sobre sua dimensão inconsciente, que abrange o modo como os sujeitos se enredam nos fenômenos sociais e empreendem ações coletivas, o imaginário social e coletivo, os processos de identificação, a repressão, a canalização das ansiedades – que, por sua vez, são demandados pela sociedade (Enriquez, 2005). Em relações internacionais, a inteligibilidade dos fenômenos apresentados aos vários sujeitos segue a internalização mental do ideário internacional, levando em consideração os aspectos socioculturais, religiosos, antropológicos, históricos e políticos específicos dos indivíduos partícipes do processo (Castro, 2016). O método de escrita das obras sociológicas a partir de Lacan está ligado, por sua vez, a postura do analista que busca a descoberta. O método de escrita dos artigos científicos sociais é o mesmo adotado nos trabalhos clínicos; não é mera transposição ou aplicação de uma teoria já elaborada, e sim a constituição de um processo de construção do seu sistema de pensamento (Rosa, Domingues, 2010). O objetivo deste trabalho, portanto, é explicar o modo como os sujeitos produzem certos discursos de identificação e

reproduzem estes discursos através das práticas de repressão e canalização das ansiedades observadas na teoria lacaniana.

A direção para lidar com fenômenos sociopolíticos envolve o modo de intricação teoria-prática próprio da psicanálise, afirma Roudinesco (1994), gerando uma produção diferenciada da sociologia quantitativa e contribuindo com a crítica social (Roudinesco, 1994). Com isso, neste trabalho, eu adapto a crítica social de Roudinesco baseada em Freud para a abordagem Lacaniana destacando três dispositivos para a minha crítica, distribuídos também entre o simbólico, imaginário e o real: onde o simbólico arremete a sociedade previamente construída com seus símbolos representados em um universo sociolinguístico próprio; o imaginário como representativo da auto percepção do sujeito e o reconhecimento de sua identidade, e o real como resultado da soma do simbólico e do imaginário que permitem o agenciamento do sujeito, permitindo práticas que retroalimentam discursos e identidades.

Como o método psicanalítico surge em contraposição ao método científico cartesiano, ou seja, em contraposição a razão/lógica, a construção da identidade do sujeito pautada nas fronteiras construídas por/entre ele e o outro busca dimensionar a sua existência, o sentido de sua vida. Portanto, falar do sujeito é falar de uma concepção ético-política, o sujeito é produto e produtor da rede simbólica que caracteriza o que chamamos de social e político. Desvendar um é desvendar o outro. O método para alcançar sua mensagem tem como via de acesso a palavra. O saber, a criação de novos saberes, só será instaurado pela transferência que supõe a relação de pelo menos dois inconscientes, a escuta de um outro (Rosa e Domingues, 2010). Rosa (2004) entende que a escuta psicanalítica, coleta de dados, é possível também em outros contextos que não a clínica, pois “o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende” (Rosa, 2004, pp. 341-342). Logo, é possível a escuta psicanalítica a partir do diálogo comum, de entrevistas e depoimentos, desde que se guardem os requisitos básicos da psicanálise (Rosa, Domingues, 2010). Neste trabalho, impreterivelmente, a escuta, coleta de dados, ocorrerá a partir dos depoimentos oficiais e extraoficiais de

representantes políticos envolvidos na produção de políticas de segurança pública que reforçam a identidade nacional dominante.

Os fundamentos teóricos, metodológicos e éticos da psicanálise visam ultrapassar a dicotomia indivíduo-sociedade e as hipóteses de influência mútua. A dicotomia indivíduo e sociedade cria uma falsa ilusão de autonomia. O sujeito do inconsciente não é intrapsíquico, nem adjetivado por características x ou y, nem é do bem ou do mal. Ele é constituído a partir do desejo do outro, recriado a cada relação com o outro, e depende da modalidade de laço social. Esse laço discursivo pode fazer surgir o melhor ou o pior, e o pior pode estar travestido de saber o bem do outro (Rosa e Domingues, 2010), por isso neste trabalho existe a relação entre dois indivíduos dispostos antagonicamente em uma mesma identidade, um “nós” conjuntivo que se divide em um “eu” e um “outro eu” em uma rede simbólica que caracteriza o social e o político, e as hierarquias que corroboram essa rede simbólica. O delineamento dessa rede simbólica é feito através da segurança ontológica que será mobilizada como uma abordagem originalmente fundamentada na psicanálise, uma vez que ela é equipada para lidar com questões relacionadas a conexão entre as dimensões afetivas e discursivas da subjetividade, adotando uma abordagem lacaniana para a segurança ontológica, a contribuição teórica deste trabalho é desdobrar um caminho produtivo e inexplorado para o exame dos apegos emocionais do sujeito à ferramentas de identificação particulares, importante para a literatura de Relações Internacionais no construtivismo social (Vieira, 2017)

O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito e constrói uma metapsicologia através da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa. Não há um sentido único para cada conceito, e sim uma articulação entre a teoria, prática, e os pares. Essa é a relação teoria e prática em psicanálise. A prática não tem sabedoria própria – ela suscita ideias a princípio indeterminadas. Por via da construção e do desenvolvimento do conceito, a Psicanálise voltada para o singular produz o trabalho teórico. É nessa relação que é possível construir, ultrapassar o já dito, construção que não se sustenta em uma linearidade em que teoria e prática não têm autonomia. Tal trabalho psicanalítico visa demarcar regiões (promover separações), os elementos comuns vão sendo destacados a fim de constituir a questão a ser estudada (Rosa e Domingues, 2010).

A observação, na pesquisa psicanalítica, orientada pela teoria que a precede, é dirigida à dinâmica psíquica que se manifesta no fenômeno observado. Essa dinâmica é, por hipótese, inacessível à observação: o que se observa são as manifestações dessa dinâmica. Ainda que se montem questionários, que se façam pesquisas com perguntas cuidadosamente escolhidas e previamente testadas, as respostas do sujeito jamais poderão ser verificáveis, por estarem subordinadas ao universo fantasmático. Este, por sua vez, é intimamente ligado aos conteúdos do recalcado próprio a subjetividade de cada ser humano: é no recalcado que se encontra a história das escolhas de objeto, das securitizações, assim como os caminhos do desejo. Isso significa que, por mais que o sujeito se esforce para responder “objetivamente”, os recalcamientos presentes desde o início de sua vida impedem o acesso aos cenários fantasmáticos que alicerçam aquilo que ele está nos comunicando (Rosa e Domingues, 2010).

Complementando essas ideias, Bleger (1971, p. 125) diz: “O dado psicanalítico é uma relação interpessoal em que o psicanalista se vê incluído e que por sua vez configura em certa proporção o caráter dos ‘dados’”. É impossível ter acesso ao fenômeno tal como ele é, já que os dados obtidos são resultantes da relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, o observador “é parte do campo, quer dizer, que em certa medida condiciona os fenômenos que ele mesmo vai registrar” (Bleger, 1980, p. 18).

O campo observacional é construído na interação entre o pesquisador e seu interlocutor, num processo de realimentação mútua (transferência). Aqui está em jogo a posição em relação ao interlocutor, os laços discursivos que se estabelecem de modo que as dimensões diante dos ideais e a imagem de si compareçam ao lado da implicação nas ações, nos excessos não reconhecidos. Logo, não há um dado a ser observado, buscado ou revelado – o dado se constrói na relação transferencial.

A transferência é um dos postulados básicos da teoria psicanalítica, e qualquer elaboração teórica que se defina como psicanálise deve considerá-la. Segundo Iribarry (2003), a transferência instrumentalizada “é o processo por meio do qual o pesquisador se dirige ao dado de pesquisa situado pelo texto dos colaboradores e relaciona seus achados com a literatura trabalhada e procura, além disso, elaborar impressões que reúnem as suas expectativas diante do problema de pesquisa e as impressões dos participantes que fornecem suas contribuições na

forma de dados coletados”. (p. 129) Para Costa e Poli (2006), “operar com o inconsciente implica, pois, a suposição de um saber que ‘não se sabe’, mas que é suposto. As condições de produção de conhecimentos sobre este ‘insabido’ são internas ao campo relacional que o constitui. Denominamos isso em psicanálise de ‘transferência’. Não é, pois, um saber prévio que já estava ali, no ‘entrevistado’, como um dado a ser colhido pelo ‘entrevistador’. É algo que se situa num espaço transferencial em que o ‘insabido’ se expressa como formações do inconsciente. Logo, ele inclui o pesquisador na própria formação.” (Costa & Poli, 2006, p. 17).

A análise dos dados, na pesquisa psicanalítica, é orientada pela escuta e transferência instrumentalizada do pesquisador em relação ao texto. Na pesquisa psicanalítica, o processo tem como base a teoria e a atenção ao texto escrito e busca-se “identificar significantes cujo sentido assume o caráter de uma contribuição original para o problema de pesquisa norteador da investigação” (Iribarry, 2003, p. 129). A experiência com os dados é transformada em texto que identifica e realça marcas no discurso, posições, efeitos de sentido. A escrita do caso vai além de uma apreensão circunstancial e momentânea do observado, pois envolve uma construção, a construção do caso metodológico, que transforma os registros daquilo que se apresenta como enigma em um relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo. O caso revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita. (Sousa, 2000).

No caso da contribuição da psicanálise ao estudo do campo social e político das relações internacionais, cabe a ela esclarecer uma parcela dos aspectos dos fenômenos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais. Para Enriquez (1999), cabe à psicanálise incidir sobre aqueles fenômenos que “as teorias sociológicas tendem a deixar à sombra ou a ocultar deliberadamente” (p. 12)

Na literatura de relações internacionais, o foco convencional na segurança ontológica é geralmente em processos internos de auto articulação discursiva de biografias nacionais (Steele, 2005) ou em processos externos de criação e manutenção de identidade (Mitzen, 2006). Ela tem sido aplicada para um amplo campo de questões de pesquisa diferentes, incluindo, por exemplo, as motivações por trás da participação em intervenções humanitárias militares (Steele, 2005), nas

razões que os Estados entram em relações conflitivas infundáveis (Mitzen, 2006), por que eles criam e mantêm instituições internacionais (Vieira, 2016), e comunidades de segurança (Browning & Joenniemi, 2013), e como o trauma e a memória estão envolvidos na produção de políticas internacionais (Innes & Steele, 2014). Nesse trabalho, a união da psicanálise lacaniana com a abordagem de segurança ontológica serve para explicar como/por que grupos desenvolvem e se apegam a narrativas/ideologias nacionalistas (Kinvall, 2016), aproveitando o arcabouço teórico da psicanálise para incorporar componentes afetivos que influenciam diretamente sobre as dinâmicas de produção da identidade nacional, recorrendo as interações das relações internacionais para explicar o desenvolvimento e manutenção desses afetos.

Ao utilizar essas duas abordagens, minha contribuição é de teoricamente desenvolver uma hipótese de que a segurança ontológica relacionada a um processo de identificação específico permite a produção de divergências identitárias na esfera doméstica do Estado através de discursos e políticas de contenção e eliminação que servem para reforçar essas identidades.

4 IDENTIDADE IDEAL BRASILEIRA

Neste capítulo, estarei trazendo diferentes abordagens do pós-colonialismo e de análise de política externa para desenvolver o primeiro objeto, o desejo de estabilização da identidade, e para realizar esse intento pretendo estabelecer a subjetividade brasileira através do processo de colonização e seus efeitos socio-materiais, ou seja, buscarei estabelecer uma identidade brasileira ideal, uma identidade nacional que sustenta a busca expressa na teoria do sujeito de Lacan ao tentar alcançar uma plenitude do ser, e junto com isso todas as narrativas construídas sobre uma nação ideal.

Alguns autores baseados na abordagem Lacaniana, como Vieira (2017), afirmam que analisar a subjetividade de estados pós-coloniais, como o Brasil, permite a análise da ausência guiada pela ansiedade causada pela onipresença de um desejo de emular, mas também de resistir ao “ego-ideal” representado pelo outro Ocidental (Chiesa, 2007). Isso ocorre porque esses autores veem a segurança ontológica dos Estados pós-coloniais como resultado da institucionalização e articulação discursiva de traços afetivos persistentes guiados pela ansiedade relacionada ao passado colonial desses Estados. No caso brasileiro, existe um apego ao passado histórico do colonizador europeu, ao mesmo tempo em que se reconhece que ele jamais será e nem deseja ser como seu colonizador português, buscando projetar uma identidade que assimila traços de seu passado e supera suas falhas. Isso é visível tanto no passado histórico quanto nas projeções da Nação Brasileira nas relações internacionais.

Nos discursos das elites que situam o Brasil no sistema internacional, o Brasil é muitas vezes apresentado como um Estado independente, uma ex-colônia latino-americana pertencente ao Ocidente e observada como uma exceção a regra diante de seus pares, isso é expressado pelos discursos das elites de uma nação detentora de uma espécie de *Destino Manifesto brasileiro*, onde o país teria um futuro promissor a seguir devido à sua dimensão continental, abundância em recursos naturais e pelo passado histórico singular da Colonização, do Império e da República. O que estudos sobre a opinião das elites brasileiras revelam é que a aspiração de tornar o Brasil um ator relevante na política internacional é constitutiva da identidade nacional, na medida em que os elementos que compõem o sentimento

nacional dizem respeito à “ideia de um país de dimensões continentais, empenhado em promover seu desenvolvimento econômico e em consolidar uma posição de liderança e protagonismo no sistema, gerando essa identidade esperada no futuro (Souza, 2001; Mesquita, 2016).

“Nenhum país escapa a seu destino e feliz ou infelizmente o Brasil está condenado à grandeza” - Araújo Castro¹

Apesar dessas aspirações, o país nunca alcançou as expectativas de desenvolvimento e modernidade completamente para assumir a concretização de um *Destino Manifesto*, isso é, a identidade almejada. O não alcance dessas expectativas produz frustrações que marcam a identidade brasileira, a partir de dentro, e produzem crises de pertencimento e reconhecimento da identidade atual (Mesquita, 2016) gerando uma projeção idealizada do que seria a “*verdadeira identidade brasileira*”. Uma identidade que não se possui, mas que se deseja possuir, marcada por uma ausência que deseja emular um outro externo a si, essa ausência de passado ou rejeição dele justifica esse apego a um devir ser futuro em detrimento de um devir ser passado. A abordagem lacaniana vê esse desejo como resultado da percepção de incompletude identitária que ocorre devido a entrada do Estado Brasileiro (sujeito) em uma ordem sociolinguística pré-existente. Ordem essa, em que sua posição é condicionada por uma série de símbolos e significantes que determinam sua identidade a subalternidade, como, por exemplo, sua condição de ex-colônia, de país latino-americano, pertencente ao grupo de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento etc. A seguir desenvolverei um pouco mais os significados desses símbolos que acabam por produzir uma identidade incompleta em sua própria concepção e auto percepção brasileira.

4.1 Ausência de passado

A América, como um continente e povo, foi considerada inferior nas narrativas colonizantes europeias desde o século XVI até o momento em que a ideia foi remodelada após a guerra Hispano-Americana em 1898, onde América Latina foi tida como inferior à América Anglo-saxã. Inicialmente associada a ideia de natureza,

¹ Araújo Castro, Organização e notas de Rodrigo Amado, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 212.

a América foi tida como um objeto que deveria ser conquistado e dominado pelo Homem, resultando em um paradigma de “natureza” versus “civilização” que justificava a existência de uma elite superior à um outro bárbaro inferior (Cudworth, 2014). Esse paradigma era reproduzido fora das Américas para acomodar toda a América dentro da noção de natureza, ainda que houvesse a expectativa de um processo de maturação e modernização que culminaria na civilização de toda a América.

Ao fim do século XVIII e durante o século XIX, a ideia de *natureza* como criação Divina foi contraposta a *cultura* como criação do homem, e consequentemente a oposição entre natureza e humanidade foi redesenhada para acomodar a ideia de Cultura, como um processo de produção, criação e transformação humana. E assim, a comunidade baseada na fé foi substituída por uma *comunidade de nascimento* criando sujeitos com *identidade nacional*. Essa categoria de cultura foi utilizada para nomear e descrever culturas inferiores que estariam abaixo da civilização europeia. Enquanto a civilização europeia era dividida em culturas nacionais, o resto da população mundial era observada como tendo cultura, mas não uma civilização ou nação (Mignolo, 2005).

O Brasil posicionado dentro da concepção de América Latina em relação ao Europeu reforça a idealização de uma identidade nacional futura. Isso porque a percepção de um país latino americano implica em uma hierarquia histórica no sistema internacional, onde a América Latina é situada na periferia da Europa e dos Estados Unidos. Mignolo afirma que essa hierarquia é produzida a partir do componente interno, ou seja, a parte europeizada da população latino americana, e externo através da objetificação imposta pelos países europeus (Mignolo, 2005), nesse sentido, o componente interno deseja negar sua posição periférica.

Tavolaro (2009) afirma que as imagens e construções que buscam dar sentido à noção de América Latina não devem ser vistas, em hipótese alguma, como resultantes única e exclusivamente de projeções “de fora”; ao contrário disso, imagens produzidas e projetadas “desde dentro” revelam-se, elas próprias, propulsoras e catalisadoras da sua posição”, supostamente responsável por explicar a peculiaridade societal à qual se refere (Tavolaro, 2009). A América Latina, situada na periferia do ocidente, foi idealizada como detentora de uma cultura, mas não de uma civilização devido ao passado histórico de seus grandes impérios Afro-

ameríndios terem sido apagados pelo processo colonial, descaracterizando e desconsiderando os remanescentes desse passado, deixando apenas a *cultura europeia* como opção viável de civilização (Mignolo, 2005). Para o colono que formava parte da classe dominante, sua única opção era tentar restaurar o passado histórico europeu junto com sua cultura e civilização, no entanto, essa *cultura europeia* não é resgatada de forma pura, porque as hierarquias sociais e raciais presentes nas colônias não são as mesmas encontradas dentro das metrópoles. Apesar das divisões de classe racial serem reforçadas através das relações de produção e divisão do trabalho por influência externa do colonizador (Quijano, 2005), elas só existiam, de fato, nas colônias, criando uma civilização imiscuída em alteridades consideradas inferiores. Essa recuperação da cultura branca imersa em um emaranhado de culturas consideradas inferiores produziu algo novo, uma espécie de subcultura.

Essa subcultura europeia surge em resposta à necessidade de identificação com aquilo que era considerado a *civilização* mais viável, uma vez que as *culturas afro-ameríndias* eram consideradas fora dessa categoria de cultura civilizada, restou a busca pelo retorno da cultura europeia. Entretanto, essa busca acabou alcançando um resultado diferente do esperado. Echeverría (1998) afirma que “*era uma identidade não mais portuguesa, mas uma identidade luso-americana*”. Quando as elites tentaram reestabelecer a civilização dominante, elas acabaram criando algo diferente da intenção original, uma Europa que nunca havia existido, uma *Europa Latino Americana*. Esse processo de percepção de si foi um caso singular de dupla consciência, onde era percebido que os colonos não eram aquilo que eles deveriam ser (europeus), ao mesmo tempo em que esse novo ser reflexo dessa hierarquia marca a própria condição subalterna desses países pós-coloniais (Mignolo, 2005).

No caso brasileiro, especificamente, a busca por um retorno pela cultura europeia foi um processo conturbado, uma vez que o país havia sido colonizado por um Estado europeu que também se encontrava na semiperiferia da Europa, e que optou por praticar um colonialismo específico baseado na miscigenação e assimilação forçada (estupro) dos povos nativos das Américas e trazidos da África. O colonialismo português, em sua especificidade, é colocado em posição subalterna em relação ao colonialismo hegemônico, gerando um problema de auto representação para o colonizador que atinge o colonizado. Enquanto o colonizador

português sofre desse problema de auto representação, o colonizado português, neste caso o Brasil, sofre um problema de dupla auto representação, o primeiro em relação ao colonizador que o colonizou e o segundo em relação ao colonizador indireto que produziu sua sujeição colonial (Santos, 2003). Esse problema de auto representação é relacionado diretamente à subjetividade lacaniana representando a ausência explicitada no início desse capítulo por Chiesa e Vieira. Essa dupla ausência de representação deixa margens para uma tentativa adicional de identificação para além da representação de subalternidade portuguesa, uma vez que o Brasil foi diretamente colonizado por Portugal e indiretamente colonizado pelo Império Britânico. Essa dupla colonização converteu-se nos mitos das origens e das possibilidades de desenvolvimento que instauraram uma divisão que é tema recorrente e que divide a identidade dos brasileiros entre um excesso de passado e excesso de futuro (Santos, 2003).

Essa ausência é parte fundamental da subjetividade lacaniana, uma vez que para Lacan, os sujeitos precisam se identificar com significantes, que se tornam mediadores com o mundo social, denotando papéis particulares que concedem ao sujeito um lugar dentro da ordem social. Como estou falando de uma identidade nacional, o conceito abrange um imaginário coletivo que perpassa não somente o reconhecimento da própria identidade nacional, mas também o reconhecimento externo. Por essa razão, esses significantes acabam virando uma fonte de alienação insuperável, já que eles são exteriores aos sujeitos em ordem que precedem suas existências (Žižek, 1997; Epstein, 2011).

Além desse fator, a ascensão dos Estados Unidos como potência ocidental demarcou fronteiras entre as duas américas, reforçando “desde fora” uma ideia de inferioridade sobre a América Latina devido a miscigenação de povos e supremacia racial (Tavolaro, 2009), fruto do processo colonial aplicado por Portugal. O surgimento de pseudociências voltadas para a afirmação da supremacia branca ajudou a deteriorar ainda mais essa identificação brasileira, onde havia um determinismo sobre a condição de país subdesenvolvido que deveria ser imediatamente solucionado. Um posicionamento marcante da época foi a do Conde Joseph Arthur de Gobineau que classificou a população brasileira como degenerada fadada ao desaparecimento, devido a intensa miscigenação das raças. Gobineau e as narrativas de subdesenvolvimento relacionados a miscigenação racial somado a

busca pelo retorno da única civilização viável produziram soluções existenciais que objetivavam o embranquecimento da identidade brasileira através da imigração de europeus caucasianos e da diluição da classificação do negro (Sousa, 2013).

Lilia Moritz Schwarcz em *o Espetáculo das raças* (1993) afirma que nossos cientistas sociais da época tinham um sério problema a resolver sobre as narrativas que formavam a história do país, uma vez que eles queriam manter-se próximos aos moldes europeus de civilização em um país majoritariamente negro e mestiço. Em sua obra, a autora evidencia como o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém sempre em transição. Essas raças passariam por um processo acelerado de cruzamento e seriam depuradas mediante uma seleção natural (ou talvez milagrosa), levando a supor que o Brasil seria algum dia completamente branco, levando a assimilação dos negros pelos brancos através da imigração de europeus caucasianos (Bento, 2002). Além do embranquecimento da própria negritude, como postulado na tese central de Guerreiro Ramos: existia na sociedade brasileira uma patologia social do “branco” que consiste na negação de pessoas com qualquer descendência biológica ou cultural negra. Em outras palavras, o brasileiro no geral considerava vergonhosa qualquer associação com sua ancestralidade negra, e devido as narrativas gloriosas da identidade racial branca, houve uma tendência de classificar o pardo como branco e o preto como pardo, resultando em um branqueamento e empardecimento da sociedade brasileira por consequência da diluição do preto (Cardoso, 2010).

Portanto, o processo de retorno brasileiro à cultura europeia foi um retorno multifacetado que objetivava mimetizar a cultura do colonizador indireto, superar traços subalternos da cultura do colonizador direto e rejeitar a associação a qualquer tipo de ancestralidade afro-ameríndia. O excesso de passado na marcação da identidade brasileira era, portanto, a ausência dele, a falta de uma base sólida da qual se orgulhar em vista da posição semiperiférica ocupada pelo colonizador português. O desejo de formar uma subjetividade e uma identidade nacional brasileira se configura, portanto, através de um processo de desejo de alteridade, como evidenciado no início desse capítulo por Vieira (2017). O desejo de “europeização” expresso pela elite evidencia um desejo de perder-se no outro ocidental, europeu ou norte-americano branco, transformando a narrativa de uma identidade nacional brasileira ideal como um símbolo externo, alheio e não presente.

Essa identidade nacional brasileira ideal é, portanto, projetada no futuro sobre a visão de um país desenvolvido que supera os traços semiperiféricos de inaptidão e incompetência de seu colonizador português, ao mesmo tempo em que busca alcançar a civilização que vem de seu colonizador direto e indireto, tentando ocupar um espaço superior na hierarquia internacional fugindo das concepções de país pertencente a América Latina e suas subculturas.

Essa ausência de passado ou excesso dele posiciona a identidade atual do Brasil à uma condição subalterna, principalmente quando o país assume esses problemas como questões a serem superadas em suas narrativas identitárias. O auto reconhecimento brasileiro de sua condição e de seus problemas (como problemas de fato) reforça sua subalternidade, como um ciclo vicioso em que ao tentar despir-se de suas características e incapaz de livrar-se delas, acaba posicionando a si mesmo numa condição inferior. Isso acaba por produzir narrativas de projeções futuras que tentam a qualquer modo fugir dessa ausência de passado, deixando para as narrativas de produção da subjetividade apenas o futuro e, como alternativa única, acaba por exacerbar essa única opção que serve de contenção para as ansiedades existenciais, criando um excesso de futuro

4.2 Excesso de futuro

Esse excesso de futuro é mais facilmente observado na construção da imagem internacional do país, principalmente no que diz respeito a atuação do Ministério das Relações Exteriores. As elites brasileiras envolvidas na representação externa do país buscam instrumentalizar certas características para justificar um destino inescapável de grandeza, dentre elas encontramos as principais que se referem às dimensões continentais, riquezas naturais e posição de liderança regional brasileira entre seus vizinhos. Esse destino inescapável associado a aspiração de tornar o Brasil um ator relevante no cenário internacional é parte constitutiva da identidade nacional brasileira (Lima, 2005), e se relaciona a essas características e símbolos que concederiam ao país as ferramentas que supostamente lhe permitiriam superar sua condição subalterna. Essa vontade baseada nessas características corrobora a visão apresentada na primeira parte deste capítulo a medida em que o país reconhece sua posição, procura alterá-la e acaba reforçando sua posição a medida em que projeta sua identidade para um outro exterior. Ao analisar os

símbolos que concederiam ao Brasil os pilares para um futuro promissor, é possível perceber que todos eles fazem parte de uma identidade constitutiva que é constantemente rejeitada.

A contraposição natureza e cultura, por exemplo, é transformada em espaço para possibilidades, onde a natureza representaria uma infinidade de recursos disponíveis para a produção de um país desenvolvido. É importante salientar aqui que a natureza abundante não deixa de ser vista numa posição inferior, uma vez que a natureza é apresentada como um caminho para a transformação dela própria em um ambiente urbano, civilizado e moderno. Como observado por Michael Adas (1990), a capacidade de demonstrar controle sobre a natureza marcou a suposta superioridade das formas de organização social ocidentais, com o advento da industrialização, a medida em que uma sociedade era capaz de exercer controle sobre a natureza refletia o quanto ela teria “ascendido de selvageria a civilização” (Adas, 1990, p.24). Para Locke, o marco de uma sociedade civilizada era o uso do trabalho para subjugar a terra, o processo de trabalhar a terra, em oposição à somente aproveitar seus frutos (Locke, 2003).

Sobre essa contraposição natureza e cultura em discurso, Bolsonaro afirmou que indígenas vivem em seus territórios “como se fossem um animal pré-histórico. Vocês são seres humanos...”, e que “não justifica viver nessa situação (de pobreza) com a riqueza que vocês têm...” criticando também o Ibama (Instituto Nacional Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) ameaçando demitir sua diretoria “para não atrapalhar quem quer o progresso”². É possível notar que existe uma valorização dos recursos naturais em prol de uma indústria forte, e apesar desse discurso ter sido proferido por um presidente que se autodenomina de direita, essa narrativa não é apresentada somente por representantes dessa vertente política. Lula, em discurso presidencial, também criticou o papel de proteção ambiental do Ibama ao afirmar que o Instituto estaria atrasando as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), devido a demora na concessão de licenças ambientais no Rio Madeira para a construção de usinas hidrelétricas. Lula comentou que teria uma reunião muito dura com a então ministra do meio ambiente Marina Silva e com a direção do Ibama.³ O

² Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/04/18/bolsonaro-defende-a-exploracao-das-terras-indigenas/>

³ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=45957>

ex-presidente Lula também chegou a afirmar que as “questões dos índios, quilombolas, ambientalistas e Ministério Público” são entraves que impedem que sejam feitos investimentos no país, sobretudo na área de energia. Declarou ainda que pretendia analisar esses obstáculos, preparar um pacote e chamar o congresso para dizer que a questão é um problema nacional.⁴

O Brasil ao assumir essa narrativa de abundância em recursos naturais para o desenvolvimento acaba por tomar um posicionamento um tanto quanto contraditório, uma vez que se é reconhecido o potencial dos recursos naturais, mas é desejado utilizar esse potencial para industrializar o país, torná-lo desenvolvido transformando essa característica em ferramenta propulsora do desenvolvimento. Novamente é possível notar que o país projeta sua identidade como um potencial país industrializado, uma identidade também construída em um tempo futuro que não se encontra completa no tempo presente.

O mesmo ocorre ao situar o país em relação aos seus pares latino-americanos, muitos autores que estudam as relações exteriores do país o colocam em posição de liderança regional, e o próprio Itamaraty já demonstrou querer ser o representante da América Latina junto do Conselho de Segurança com um assento permanente diversas vezes (Garcia, 2011; Mesquita, 2016). Lima em sua análise da identidade nacional brasileira e sua projeção internacional afirma que

“o Brasil é um caso peculiar no contexto da formação dos Estados sul-americanos, no século XIX, no sentido de que a configuração do espaço nacional e sua demarcação territorial foram processos que se realizaram antes por via de negociação e arbitragem internacionais do que pelo recurso à guerra, ao contrário da maioria de seus vizinhos hispânicos levando a configurações únicas que permitiram a aspiração, por parte das elites, de tornar o Brasil um ator relevante na política internacional, sendo parte constitutiva da identidade nacional” (Lima, 2005, p. 4).

Uma outra força de destacamento da América Latina é a extensão e unidade territorial com a narrativa do “Gigante do Cone Sul”, nessa dimensão, o Brasil se apresenta diferenciado de seus vizinhos regionais devido a preservação da unidade territorial e linguística, além do fato histórico de ter abrigado a metrópole durante os últimos estágios de sua colonização e ter reproduzido o sistema político monárquico

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2511200605.htm>

que o colocava entre as monarquias europeias e não as repúblicas americanas⁵ (Santos, 2010).

Nesse aspecto discursivo, o país se posiciona dentro da América Latina, mas destacado dela, como se a formação do Estado, o desenvolvimento ocasionado pelo aproveitamento dos recursos naturais e o passado histórico o colocasse em uma posição a frente dos países latinos. Ao se apresentar como país latino americano, ele assume um discurso dual de pertencimento e superação, o mesmo analisado na contraposição entre natureza x cultura. O país reconhece sua posição entre seus pares, mas com um futuro potencial que o posiciona a frente deles, mesmo que ainda posicionado atrás daquilo que se deseja alcançar.

Não muito diferente, a questão racial também é apresentada como um componente potencializador da capacidade nacional ao apresentar para o mundo o discurso de “democracia racial”. Nesse discurso a diplomacia brasileira não falha em valorizar a miscigenação, e trazer dela virtudes que possam ser imputadas à uma nação do futuro. Mesquita (2016) afirma que nesse discurso o país é conhecido por seu pluralismo, multietnicidade, abertura à integração cultural e ao sincretismo da diversidade; Abdenur (1997) afirma que pluralidade social e étnica habilita o Brasil a ser interlocutor junto a públicos variados. Etnicamente, sua matriz miscigenada o habilita para o diálogo com diferentes povos. Socialmente, a coexistência de índices de desenvolvimento humano escandinavos e subsaarianos no seu território também reforça sua capacidade de diálogo com os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (Mesquita, 2016). No entanto, essa narrativa oculta um problema grave de racismo estrutural e violência praticada contra minorias étnicas, porque enquanto o país usa sua multietnicidade para projetar uma imagem com o objetivo de obter dela melhores relações para fora, ele esconde o legado do colonialismo para dentro. Bento (2002) afirma que

“o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar

⁵ O discurso oficial sobre a identidade brasileira procurava apresentá-la como um império que, ainda que tropical e distante, se assemelharia mais às monarquias europeias e seria, assim, essencialmente distinto de seus vizinhos. Na clivagem metafórica entre América e Europa, o Brasil dos oitocentos alinhava-se com as monarquias. Entendia-se civilizado e, portanto, “europeu”, em contraste com as turbulentas repúblicas vizinhas.

caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo.” (Bento, 2002, p. 4).

Nesse discurso em que o país se posiciona como caldeirão das raças e país de contrastes, ele assume a existência de um componente de cor dentro de si, mas oculta os problemas raciais existentes de coexistência e tratamento das minorias étnicas. Portanto, novamente há o reconhecimento de uma identidade, mas ainda de forma parcial, embora essa identidade não seja projetada no futuro, ela só é reconhecida nos discursos de política externa, na esfera doméstica ela é caracterizada pelo mascaramento e silenciamento.

4.3 A crise de identidade no presente

Em todas essas narrativas o Brasil vê sua identidade de forma fragmentada, perdida no tempo. Ao mesmo tempo em que a subjetividade brasileira se recusa a estar presa no tempo passado, ela reconhece que o futuro ainda não é seu presente, e ao fazer isso ela busca por uma razão que justifique essa ausência atual. E é nesse momento em que o diálogo com a abordagem lacaniana de formação do sujeito passa a ser adicionada a equação. Como explicado pelo processo de produção do desejo por Stravakakis (2007), o Brasil, como Estado-Nação, ao se inserir em uma estrutura sociolinguística pré-existente interestatal, passa por uma castração simbólica, isso é, ele passa por uma limitação imposta ao entrar no mundo social da representação linguística. Essa limitação ocasionada por esse contato com essa estrutura pré-existente e a posição hierárquica subalterna supostamente leva a perda de um estado de plenitude e perfeição, permitindo ao Estado desenvolver o desejo de recaptura dessa plenitude relacionada, neste caso específico, ao desejo de ser como os Estados que deram origem a sua condição subalterna, o outro externo ocidental responsável por sua colonização.

Em condições de produção identitária onde haveria apenas dois sujeitos, um interno e um externo, a teoria lacaniana determinaria que o sujeito, Brasil, buscaria recapturar uma identidade original que não pertenceria a uma esfera exterior, a uma alteridade, mas sim recapturar uma identidade construída em oposição entre um eu interior e um outro exterior. Porém, a peculiaridade do caso brasileiro não permite esse processo simplificado, devido a identidade brasileira ser indeterminada por

conta do número de etnias presentes dentro dela, ocorrendo a produção de diversos “eu” que se opõem culturalmente e hierarquicamente no mundo simbólico doméstico produzindo um todo conjuntivo, um “nós”, repleto de alteridades. Isso gera o grande dilema brasileiro de representatividade que é expresso em outras palavras pelo questionamento “recaptura de um estado pré-simbólico de quem?” observado nas teorias pós-coloniais como uma ausência de auto representação.

A resposta para essa pergunta se relaciona diretamente a quem detém o poder e controla o Estado, logo ela se relaciona a quem produz o discurso identitário e tem a capacidade de torná-lo “verdade”, a subjetividade dominante, e esse processo é dado pelo próprio colonialismo com a instauração do racismo. A concessão de poder, no caso brasileiro, é dada através das estruturas coloniais que formaram o próprio Estado através do racismo:

“uma hierarquia global de superioridade e inferioridade sobre a linha do humano, onde as pessoas classificadas acima da linha do humano são reconhecidas socialmente em sua humanidade como seres humanos, e, portanto, dotadas de direitos (direitos humanos, direitos civis, direitos das mulheres e/ou direitos trabalhistas) recursos materiais e reconhecimento social de suas subjetividades, identidades, epistemologias e espiritualidade (Grosfoguel, 2011), e as pessoas classificadas abaixo da linha do humano são consideradas sub-humanas ou não-humanas, tendo sua humanidade questionada e negada (Fanon, 1967). No último caso, a extensão de direitos, recursos materiais e o reconhecimento social de suas subjetividades, identidades, epistemologias e espiritualidade são negados” (Grosfoguel, 2011, p.2).

De acordo com alguns autores a racialização decorrente da colonização ocorre através da marcação de corpos. Alguns corpos são racializados como superiores e outros como inferiores. O ponto é que aqueles sujeitos localizados acima da linha do humano, como superiores, vivem na “zona do ser”, enquanto sujeitos que vivem abaixo dessa linha vivem na “zona do não ser” (Fanon, 1967; Gordon, 2006; Wynter, 2003; & Maldonado-Torres, 2008; apud Grosfoguel, 2011).

Diante desse mundo sociolinguístico racializado, onde a subjetividade brasileira é constituída por subjetividades pertencentes acima e abaixo da linha do humano, algumas narrativas são priorizadas em detrimento de outras. E, conseqüentemente, a racialização situa o poder de tornar as narrativas identitárias *verdade* nas mãos daqueles que se encontram no topo da hierarquia entre essa

linha do ser e não ser, pela simples definição do que é tido como humano. Na prática, a racialização dos corpos prioriza as narrativas históricas europeias dos brancos caucasianos e se estende até seus descendentes miscigenados de pele mais clara (Bento, 2002). Entretanto, ao priorizar uma narrativa em detrimento de outras, essas outras narrativas não deixam de existir e nem de fazer parte da subjetividade brasileira, fazendo com que a tentativa de homogeneizar a subjetividade seja constantemente frustrada ao se deparar com *obstáculos epistêmicos* que devido à impossibilidade de serem superados discursivamente devem ser superados através do uso da força. Isso faz com que a narrativa que tenta se colocar como hegemônica não consiga assumir sua *posição de verdade*, e a medida em que ela fracassa nesse intento, ela busca justificativas para sua falha recorrente.

Ao transformar essa relação de impedimento em discurso, à identidade dominante que se mascara como a identidade ideal se baseia na fantasia para alcançar seu desejo securitizando a si mesma, e ao se securitizar, tudo o que não se enquadra nessa narrativa é observado como ameaçador. Em razão disso, a fantasia brasileira como narrativa promete uma resolução harmoniosa do antagonismo social, o preenchimento do vazio e uma estabilização das narrativas da segurança ontológica ao mesmo tempo em que nos diz por que não alcançamos a realização do nosso desejo de plenitude identitária (Zizek, 1989). Esse cenário construído do desejo ausente é concentrado na imagem de um “outro” que roubou esse desejo de “nós”. Esse ‘objeto’ nas fantasias e aqueles nos impedindo de alcançar nossos desejos são então unidos por emoções, porque a nossa própria identidade é apresentada como dependente do alcance deste objeto (Eberle, 2017). E é nesse momento que ela transforma as outras subjetividades em inimigos da subjetividade dominante que almeja a hegemonia no Brasil, responsabilizando um outro interno por impedi-la de transcender um mundo sociolinguístico externo, produzindo um inimigo interno que deve ser eliminado para se alcançar o desejo de estabilidade e plenitude.

Neste capítulo ao tentar desenvolver uma subjetividade brasileira, percebemos que ela surge a partir de um conflito causado pela imersão do Estado em um mundo sociolinguístico pré-existente que o classifica a margem devido ao processo colonial. Esse processo instaurado a partir de práticas de racialização

impede o país de reconhecer plenamente sua subjetividade devido a parte de sua diversidade étnica estar presente fora do que é entendido como civilizado/humano. Essa diversidade de alteridades, apesar de ser constitutiva da subjetividade brasileira, é constantemente rejeitada para se assumir uma identidade futura da qual o Brasil passaria a pertencer ao grupo de Estados civilizados, e ao tentar justificar as razões de não fazer parte desse grupo aqueles que detêm o poder produzem um inimigo interno que estaria ameaçando a concretização dessa identidade. No próximo capítulo, analisarei os diferentes discursos de representantes políticos e agentes de segurança pública que produzem esse inimigo interno e permitem práticas de eliminação desses através de sua desumanização, retroalimentando esses discursos e reforçando identidades.

5 O INIMIGO INTERNO

Após entender o conceito de identidade *ideal* brasileira dentro das limitações impostas pela abordagem lacaniana, pretendo provar minha hipótese construída no capítulo anterior demonstrando como um outro interno é representado nos discursos da fantasia como um indivíduo que desfruta de uma identidade brasileira de forma excessiva a ponto de roubá-la de um imaginário coletivo da representação de um Brasil ideal. E para isso utilizarei de discursos e entrevistas com autoridades de segurança pública que atuam diretamente sobre a questão, apresentando como esse outro é excluído do ideal de nação, ou seja, apresentarei a fantasia brasileira de resolução do preenchimento do vazio e estabilidade de sua identidade.

A abordagem psicanalítica baseada nas orientações lacanianas de construção da identidade usada neste trabalho toma como referência os processos de construção da identidade nacional brasileira para explicar políticas de contenção e extermínio praticadas pelo Estado brasileiro contra determinados indivíduos, a partir da premissa de segurança ontológica em que a existência de certos indivíduos estaria afetando a continuidade de um processo de estabilização do que seria uma identidade brasileira ideal. Nesse sentido, a teoria do sujeito de Lacan é uma peça-chave para desenvolver a ideia de “ausência” na segurança ontológica brasileira relacionando uma frustração contínua sobre o desejo de prover interpretações estáveis e concretas de uma identidade superior devido à presença de um “outro”, através de fantasias instrumentalizadas em discursos políticos que identificam um outro como inimigo a ser superado (Vieira, 2017; Eberle, 2017; Stravakakis, 2007).

Como mostrado por Mesquita (2016), no capítulo anterior, a identidade brasileira é baseada em uma série de narrativas que são parte constitutiva dela, dentre essas narrativas se encontra o desejo de ocupar uma posição de ator relevante no cenário internacional junto dos países ocidentais desenvolvidos, apesar de haver várias outras narrativas, utilizarei essa narrativa como base para avaliar os discursos de políticos brasileiros sobre a segurança pública devido a facilidade de acomodação do discurso com outros elementos constitutivos da identidade brasileira. Essas narrativas se apresentam de diferentes formas no cotidiano e atravessam diferentes esferas domésticas, mas para focalizar em narrativas que representem a subjetividade dominante me apoiarei em entrevistas concedidas por

autoridades de segurança pública, influenciadas por essa fantasia da narrativa dominante sobre o alcance de identidade brasileira ideal.

5.1 Lula

Uma das figuras mais relevantes sobre a segurança pública do país se encontra na imagem do executivo no cargo presidencial. Apesar do presidente não exercer influência direta ou ter o comando direto sobre a atuação policial, ele pode sancionar leis que influenciam a forma de atuação policial e, em casos de estado de exceção, ele pode solicitar intervenções militares⁶. A intervenção militar, em teoria, deveria ser somente para casos extremos e pouco frequentes não envolvidos em situações de crimes de insubordinação civil, entretanto o uso frequente do aparato militar estatal que deveria objetivar a proteção das fronteiras do Estado, mas que é usado para contenciosos civis corrobora a hipótese defendida ao fim do capítulo anterior de que existe uma ameaça interna a qual se deseja eliminar. O objetivo das intervenções é conter a violência eliminando um inimigo.

Um dos atores mais relevantes da política nacional em cargo executivo foi o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, eleito com uma campanha voltada para a defesa dos direitos das minorias, o ex-presidente mostra em discurso que a reprodução discursiva de um bode expiatório pode ocorrer independente de ideologia ou filiação partidária, uma vez que seu discurso é carregado de um eufemismo que mascara a imposição de uma alteridade inferior condenando-a a práticas de eliminação devido a sua localização.

Em seu discurso de posse do segundo mandato em 2007, ao se referir a uma onda de crimes ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, Lula afirmou estar:

*“convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro [...] é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira”*⁷. – Lula, 2007, discurso de posse.

Nesse momento, o discurso da fantasia desenvolvido por Eberle em Lacan é acionado para mostrar que existe uma ruptura nas narrativas correntes da identidade brasileira, a fantasia da *“degradação da estrutura da sociedade brasileira”* busca

⁶ Fonte: http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atribuicoes-presidenciais-1?TSPD_101

⁷ Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/01/070101_luladiscorso2_ac.shtml

estabilizar um senso subjetivo de realidade falseando uma noção passada de harmonia, ou seja, a fantasia oferece uma narrativa simplista para preencher uma falha, um vazio presente nas narrativas de estabilização do sujeito. Entretanto, ela também traz uma dimensão paranoica que informa por que não alcançamos a realização desse desejo de preenchimento, como se o problema acontecesse somente a partir de determinado fenômeno, nesse caso, a partir da presença de um outro ameaçando a estabilidade dessa narrativa.

Na sequência do discurso de posse, Lula, ao negar a ambiguidade e complexidade do problema da segurança pública, produz uma abordagem fácil reduzindo-a entre duas opções, construída como uma resolução de um conflito existencial entre o bem e o mal. Ele introduz esse outro interno que rouba a estabilidade e desejo de preenchimento da subjetividade brasileira,

“Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade que foi feita por alguns facínoras.” – Lula, 2007, Discurso de posse

reforçando a ideia do desejo roubado:

“se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos, homens trabalhadores, saírem de casa de manhã e voltarem para casa à tarde com o sustento da sua família”. – Lula, 2007, discurso de posse

Em seguida, ele propõe uma solução de combate a essa ameaça a segurança ontológica demonizando a atuação desse outro e legitimando o uso da força para contê-la:

“eu vou discutir com o meu Ministro da Justiça, porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro.”

Ao defender uma atuação forte e o discurso de guerra que legitimou as megaoperações na cidade do Rio de Janeiro em 2007 e 2010, Lula tenta conciliar sua ideologia progressista ao discurso de guerra em defesa do pobre trabalhador. No entanto, ao fazer isso, Lula acaba por ignorar certas mortes em detrimento do bem maior de um conceito de nação. Isso faz com que no discurso de Lula, o pobre não seja completamente ignorado, mas ainda assim sua morte continua sendo invisibilizada devido a sua localização em uma zona marginalizada. É possível

perceber isso, quando Lula elogia a megaoperação de 2010, dizendo que Cabral teve a “coragem de enfrentar delinquentes sem molestar os pobres” (Lula, 2010)⁸. Nessa passagem, Lula ignora as 19 mortes ocorridas nessas megaoperações onde 11 delas foram de civis sem qualquer tipo de envolvimento com o tráfico, segundo relatório da OAB⁹.

O presidente também demonstra o reconhecimento da marginalização como pertencente a zona do não ser/abaixo da linha do humano ao dizer:

“a maioria do povo de lá é trabalhador e, portanto, quer viver em paz. Lógico que ainda tem bandido[...] não vamos mandar polícia apenas para bater. A polícia vai para lá bater em quem tem que bater. Proteger quem tem que proteger. O estado precisa levar para lá cultura, educação, emprego e decência - disse o presidente.”¹⁰

Nessa passagem, o reconhecimento da marginalização é abordado ao explicitar o papel da polícia em determinado local que estaria servindo de contenção da marginalidade e proteção da civilidade da nação, o que é demonstrado quando o ex-presidente afirma que o Estado precisa levar “*decência*”, como uma obrigação de retirar aquela população de sua condição sub-humana. Esse tipo de discurso contribui para a legitimação da violência nessas zonas, além de servir para contenção das narrativas identitárias subalternas. A ideia de “processo civilizatório”, explicitado na identidade brasileira dominante, permite que essa identidade dominante associe qualquer tipo de manifestação cultural subalterna ao mal, a uma ameaça a civilidade da nação. Um dos exemplos mais clássicos é a proibição do funk em favelas pacificadas, o capitão Glauco, que instaurou a proibição do funk em uma favela pacificada, afirma:

“Eu sou contra. Todo o baile funk tem envolvimento com tráfico. Apesar de ser uma cultura popular, a população ainda não está preparada para isso. No futuro, quando estiverem conscientizados, escutando música clássica, música popular brasileira, conhecendo outros ritmos, outras culturas, a gente até pode autorizar, mas hoje não” – Capitão Glauco em reportagem “UPP: Tecendo Discursos”.

⁸ Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-elogia-acao-de-cabral-na-seguranca-publica-do-rio,629528>

⁹ “OAB: Apenas oito dos 19 mortos no Alemão seriam traficantes”, Extra. 28 de junho de 2007. Consultado em 27 de junho de 2017.

¹⁰ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/no-rio-lula-diz-que-agora-policia-bate-em-quem-tem-que-bater-brinca-que-vai-colar-faixa-presidencial-na-barriga-4986473>

A capitã Pricilla corrobora essa posição ao associar o baile funk ao tráfico de drogas:

“Para os trabalhadores, para as comunidades, ter um baile funk aqui hoje significa que a polícia perdeu. É o simbolismo. Vai ter um dia? vai, mas não agora” - Capitã Pricilla em reportagem “UPP: Tecendo Discursos”.

Como é possível perceber o discurso civilizatório afeta diretamente a atuação policial, e serve o propósito de defender essa identidade dominante em detrimento de outras identidades subalternas. A falta de “decência” é a justificativa perfeita para políticas de intervenção com o objetivo de conter uma cultura indesejada, a falha da polícia em conseguir converter aquelas pessoas a cultura ocidental europeia é convertida na falha de tentar instaurar a cultura brasileira dominante como uma cultura nacional hegemônica.

5.2 Sergio Cabral

O governador do estado do Rio de Janeiro ocupa posição de destaque junto do presidente porque ele possui o comando da polícia militar e civil do estado do Rio de Janeiro, tendo poder de autorizar missões específicas voltadas para a segurança pública, além de poder solicitar apoio Federal em situações extremas, onde o comando da missão de intervenção fica delegado a uma autoridade estadual escolhida pelo governador. Dentre essas intervenções estão as megaoperações de 2007 e 2010 na *política de enfrentamento* de Sérgio Cabral que objetivavam a desarticulação do tráfico de drogas nas favelas através de incursões da polícia civil e militar, e das forças nacionais do exército e da marinha “*limpando*” o terreno para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora que teria o objetivo de pacificar os territórios a partir da presença cotidiana da polícia e do estabelecimento de novas relações entre policiais e moradores para garantir a implementação de políticas públicas e sociais nas favelas¹¹ (Carvalho, 2013).

Ao ser questionado em entrevista a Veja sobre a aceitação das megaoperações diante da possibilidade de elas serem aplicadas em zonas nobres da cidade do Rio de Janeiro, apresentando como exemplo a zona sul, Sérgio Cabral, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, afirmou:

¹¹ Disponível em www.upprj.com

“A população está convencida da necessidade desse confronto. Nos últimos anos houve um crescimento da musculatura do tráfico que a população não suporta mais. As pessoas estão prontas para fazer o sacrifício porque sabem que só isso vai melhorar sua qualidade de vida. Durante muitos anos o campo progressivo, a esquerda, associou a ordem pública à ditadura, ao autoritarismo. Hoje sabemos que a ordem pública é a garantia da cidadania. Todos temos que fazer sacrifício pela vitória contra a barbárie. Não há como fazer omelete sem quebrar os ovos. O próprio presidente Lula disse que o crime não se combate com pétalas de rosa. Eu adoraria que os bandidos se entregassem, que entregassem suas armas pacificamente, mas isso não é possível. Não há outro caminho a ser seguido.” – Sérgio Cabral, Ex-governador do Estado do Rio de Janeiro em entrevista para a revista Época (2007)

Esta parte da entrevista do ex-governador do Estado nos revela alguns pontos importantes para o discurso da fantasia na formação da alteridade ameaçadora. Diferente do discurso de Lula, Cabral traz a narrativa de securitização uma alteridade sacrificável. O traficante é identificado como o “inimigo explícito” que mobiliza paixões dentro da narrativa da fantasia possibilitando “sacrifícios” para a realização do desejo de plenitude e estabilidade da identidade dominante. Nas palavras do ex-governador, isso é identificado quando ele afirma que o sacrifício é o único caminho para “melhorar sua qualidade de vida”. Na prática, isso foi observado na atuação policial da megaoperação de 2007, onde do assassinato de 19 pessoas, segundo a Ordem dos Advogados do Brasil, pelo menos onze dos mortos não tinham relação alguma com o tráfico, dentre eles 5 civis foram vítimas de bala perdida^{12 13 14}.

A pergunta que levou a essa justificativa da intervenção militar se referia a comparação entre o uso da força em zonas marginalizadas e zonas centrais, o que demonstra que o inimigo se encontra em uma zona muito bem delimitada, marcada não só pela presença do ladrão do desejo, mas também daqueles outros que podem ser sacrificados para se alcançar determinado ideal de nação. Grosfoguel (2011) ao relacionar a zona do ser e não ser de Fanon (1967) à linha abissal de De Sousa

12 “OAB: Apenas oito dos 19 mortos no Alemão seriam traficantes”, Extra. 28 de junho de 2007. Consultado em 27 de junho de 2017.

13 “OAB recebe denúncias de execução de inocentes no Alemão”, G1. 29 de junho de 2007. Consultado em 27 de junho de 2017.

14 “Relatório da União acusa operação policial no Rio de “execução sumária” Folha de S. Paulo. De novembro de 2007. Consultado em 27 de junho de 2017.

Santos (2006) traça as diferenças entre as duas zonas de acordo com a materialidade da dominação em hierarquias raciais, demonstrando que na zona do ser, entendida como zonas centrais, os conflitos são geridos por mecanismos de “emancipação”¹⁵ e “regulação”¹⁶, ou seja, através de meios não violentos, onde a violência é sempre uma exceção. Ao contrário do que ocorre nessas zonas marginalizadas onde as subjetividades são classificadas como sacrificáveis, como descrito por De Sousa Santos (2007;2010) abaixo da linha abissal (na zona do não-ser), onde as pessoas tem suas subjetividades desumanizadas e posicionadas abaixo da linha do humano, os métodos usados pela subjetividade dominante e seu sistema institucional para a gestão e administração de conflitos é realizado por meio da violência e pela apropriação/desapropriação, fazendo com que os conflitos na zona do não-ser sejam geridos através da violência perpétua, com alguns momentos excepcionais onde métodos de emancipação e regulação são usados (Grosfoguel, 2011).

Essa divisão no Rio de Janeiro entre a linha do humano e do não-humano é abordada por Zuenir Ventura (1994), em seu livro “Cidade Partida” ele observa a cidade do Rio de Janeiro como uma região dividida entre a área nobre, onde viveriam as classes médias e abastadas, na maioria das vezes identificadas como vítimas, e as áreas de morros e favelas, onde viveriam as populações pobres, identificadas na maioria das vezes como algozes da violência, reforçando o nexo que territorializa a pobreza, a marginalidade e o alvo da segurança pública. Assim, a “metáfora de guerra” ganha força a medida em que a criminalidade, em sua maioria relacionada ao tráfico de drogas aumenta (LEITE, 2000). Diante de um cenário de cisão entre zonas marginalizadas preenchidas com a marginalidade, as políticas de segurança têm como marca o uso desmedido da força, onde o alvo dessas ações é em sua maioria moradores das favelas (Machado da Silva e Leite, 2008).

Essa “metáfora de guerra” é repetida em diversos discursos de representantes políticos. Lula em 2010 em uma entrevista em seu rádio programa semanal “café com o presidente”, ao se referir a onda de criminalidade no Rio de

¹⁵ A “emancipação” se refere a discursos de liberdade, autonomia, e igualdade que formam parte dos discursos e instituições usadas para gerir conflitos na zona do ser.

¹⁶ A “regulação” se refere a direitos civis e humanos e códigos legais, relações de civilidade, espaços de negociação e ação política.

Janeiro, disse "muita tranquilidade, porque nós venceremos essa guerra"¹⁷, após classificar alguns crimes na cidade do Rio como atos terroristas. Sérgio Cabral também se apoiou no discurso de guerra e nomeou grande parte das políticas de segurança pública em zonas marginalizadas com nomenclaturas próprias de guerra, as megaoperações somadas as Unidades de Polícia Pacificadora foram divididas em 4 momentos "retomada", "estabilização", "ocupação definitiva" e "pós-ocupação" (Dias et al, 2010). Essa linguagem é observada em contextos de guerras internacionais e civis, "retomada" do território perdido para o inimigo, "estabilização" de uma área circundada por alteridades inimigas observadas como coniventes a agressão, e "ocupação definitiva" como o processo de reapropriação de determinada região são apenas alguns exemplos usado nas políticas de Sérgio Cabral com discurso de guerra. Toda essa produção de alteridade inimiga voltada a criminalidade permite o uso desmedido da força nessas zonas marginalizadas sem discernimento de alvo (Machado da Silva e Leite, 2008).

5.3 Jair Bolsonaro

Uma outra figura relevante nos discursos sobre a alteridade nas favelas é o atual – 2019 – presidente Jair Bolsonaro, eleito com uma campanha extremamente militarista, Bolsonaro assume um posicionamento ainda mais combativo em relação ao tráfico de drogas e de marginalização da favela e de outras alteridades como inimigos dessa identidade brasileira dominante. Seu posicionamento foi sem dúvida o mais difícil de abordar nesse trabalho devido a falta de elaboração discursiva e excesso de bordões. Em boa parte das entrevistas dele encontradas sobre o combate ao tráfico de drogas nas favelas existem proposições combativas que giram em torno da ideia de conceder a polícia militar e civil o excludente de ilicitude já previsto na constituição em casos de legítima defesa¹⁸ conforme previsão do art. 23 do Código Penal – CP¹⁹, fazendo com que seu discurso tenha uma proposição vaga sobre o tema. No entanto, ao pesquisar discursos de Bolsonaro sobre alteridades e

17 Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-o-crime/noticia/2010/11/apenas-comecou-diz-lula-sobre-operacoes-no-rio-de-janeiro.html>

18 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/11/13/interna-brasil.719338/o-que-e-a-excludente-de-ilicitude-que-bolsonaro-quer-mudar.shtml>

19 Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato: I – em estado de necessidade; II – em legítima defesa; III – em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.

minorias brasileiras, foi possível identificar o desejo de hegemonia da identidade dominante e a fantasia do impedimento do alcance desse desejo pela presença dos outros.

Durante um encontro na Paraíba em fevereiro de 2017, com o objetivo de lançar uma campanha presidencial, Bolsonaro afirmou:

“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias” - Encontro na Paraíba, fevereiro de 2017.

Diferente dos discursos de Cabral e de Lula que buscam alcançar uma identidade hegemônica como uma identidade futura universalizante que traria o bem para toda a nação, identificando alguns inimigos presentes na alteridade que impedem o alcance desse desejo, e que permitem tratamento desumano contra todo o grupo, o discurso de Bolsonaro apresenta a identidade dominante em contraposição ao conjunto de todas as alteridades inferiores, identificando todas essas alteridades como impedimentos do alcance desse desejo. Em seu discurso, Bolsonaro contrapõe maioria e minoria, como a maioria sendo representativa da identidade brasileira dominante e a minoria como a alteridade que compete pelo espaço de produção identitária impedindo o alcance do desejo de uma nação brasileira ideal hegemônica. O desejo a ser alcançado e protegido seria novamente representado pela identidade dominante assumindo seu papel hegemônico dentro da nação e fora dela como país desenvolvido majoritariamente branco pertencente ao grupo de países centrais, e cristão.

Diante desse discurso que aponta para a submissão dos outros para se alcançar determinado padrão de sociedade e desenvolvimento, Bolsonaro reforça a securitização da identidade dominante através da inseguritização dessas outras identidades, proferindo discursos que permitem e legitimam violências contra esses outros considerados ladrões do desejo da identidade dominante. Isso ocorre através da produção da narrativa da fantasia, em que Bolsonaro assume que a produção da narrativa hegemônica estaria pendendo para grupos minoritários excluindo o grupo dominante, a medida em que minorias passam a ter mais visibilidade política. Dentre alguns exemplos, podemos observar a crítica de Bolsonaro a política de cotas, chamando-as de “coitadismo” e reafirmando a unidade nacional:

"[As políticas de cota] reforçam, sem a menor dúvida [o preconceito]. Por exemplo, a política de cotas no Brasil está totalmente equivocada. [...] Isso tudo é maneira de dividir a sociedade. Não devemos ter classes especiais, por questão de cor de pele, por questão de opção sexual, por região, seja lá o que for. Nós somos todos iguais perante a lei. Somos um só povo[...]. Você não tem que ter uma política para isso. Isso não pode continuar existindo, tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil. Vamos acabar com isso" - em entrevista à TV Cidade Verde, do Piauí.

Esse outro que impede o alcance do desejo de plenitude e estabilidade de uma identidade hegemônica para Bolsonaro se divide em diferentes grupos minoritários dentre eles “mulheres”, “negros”, “gays”, “nordestinos” etc. Esses grupos são observados no discurso de fantasia de Bolsonaro como aqueles que estariam roubando o desejo de plenitude identitária e gozando de prazeres às custas dessa identidade dominante, como demonstrado por Žižek (1991) e Stravakakis (2007) onde o aspecto “obsceno” da fantasia é geralmente traduzido em narrativas de excesso de prazer ou roubo do prazer, no qual esse outro é representado como um aproveitador da estrutura além dos limites e às custas da identidade dominante (Žižek, 1991; Stravakakis, 2007). Em um discurso proferido sobre quilombolas, Bolsonaro instrumentaliza esses recursos em torno da imagem da alteridade:

"Eu fui a um quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles."

Em todos esses discursos Bolsonaro fabrica alteridades ameaçadoras para a plenitude de uma identidade hegemônica, no entanto, algumas dessas alteridades estão presentes dentro da narrativa dominante dificultando um discurso que legitime violências do Estado contra parte desse grupo. Novamente retornamos a Zona do Ser e do Não Ser de Fanon (1967) e a Linha Abissal de Santos (2007), onde determinadas alteridades são tratadas com políticas de “emancipação” e “regulação”, enquanto outras são tratadas com políticas fundamentadas numa violência perpétua. Apesar de carecer de projetos políticos de segurança pública bem elaborados, é possível perceber essa distinção em um comentário recente de Bolsonaro sobre o caso onde militares do exército alvejaram o músico Evaldo Rosa

levando-o a óbito junto do varredor de rua Luciano Machado que tentava socorrê-lo no bairro de Guadalupe no Rio de Janeiro.

"O Exército não matou *ninguém*, não. O Exército é do povo e não pode acusar o povo de ser assassino, não. Houve um incidente, uma morte." – Bolsonaro em Evento de Inauguração do Aeroporto de Macapá

Nesse pronunciamento, o reconhecimento da alteridade é excluído da condição de sujeito e de povo, ao negar o assassinato de um indivíduo e a atuação da própria força militar, Bolsonaro reforça a ideia de que algumas vidas são menos importantes e que podem ser eliminadas por não pertencerem ao "povo", ou seja, a eliminação de determinadas vidas que não pertencem a identidade dominante não são observadas como assassinatos, mas "incidentes".

Esse mesmo discurso de descategorização humana das alteridades em Bolsonaro também ecoa contra outros grupos étnicos, dentre eles o grupo indígena é o que mais se destaca pela contraposição da identidade dominante com a alteridade. Como candidato presidencial, Bolsonaro defendeu a integração forçada de indígenas à sociedade brasileira:

"Vamos integrá-los à sociedade. Como o Exército faz um trabalho maravilhoso tocante a isso, incorporando índios, tá certo, às Forças Armadas"²⁰

Defendeu o porte de armas de fazendeiros para impedir que indígenas e quilombolas tenham direito a terra:

"Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola."²¹

Diante desses discursos que apontam para a eliminação ou assimilação das alteridades para se alcançar determinado padrão de sociedade e desenvolvimento, Bolsonaro reforça a securitização da identidade dominante através da inseguritização dessas outras identidades, provendo discursos que permitem e legitimam violências contra esses indivíduos considerados ameaças a identidade dominante o que me permite inferir essa mesma opinião diante da favela.

20 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zykvBACFzGg>

21 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-podemos-abrir-as-portas-para-todo-mundo-diz-bolsonaro-em-palestra-na-hebraica,70001725522>

Através dessa perspectiva sobre o discurso de Bolsonaro, o atual presidente apresenta a favela como um lugar ocupado pelo poder paralelo comandado pelo tráfico de drogas assumindo uma postura de segurança “rígida”, defendendo em seu discurso o que ele chama de “carta branca para matar” com o excludente de ilicitude²² sobre o bordão “bandido bom é bandido morto”²³. Bolsonaro chegou a declarar baixo o número de mortes em zonas marginalizadas comparado ao nível de criminalidade que circunda a cidade do Rio de Janeiro, afirmando que a “polícia tem que matar muito mais”²⁴, e que em seu governo vai tentar adotar o excludente de ilicitude, que já é praticado em casos de autodefesa. Ao buscar conceder essa “carta branca” para agentes de segurança matarem sem correr o risco de serem investigados, o então presidente acaba por diferenciar seu discurso de Cabral e Lula. Nos casos anteriores, a alteridade era reconhecida como objeto invisibilizado ou descartável/sacrificável para se alcançar o desejo de plenitude, legitimando a violência em determinadas áreas devido a presença de um inimigo explícito da identidade hegemônica. No discurso da “carta branca” de Bolsonaro, essas vidas são descaracterizadas como vidas porque são parte da zona do não ser e abaixo da linha do humano, e devido a localização próxima ao inimigo explícito, essas alteridades são apresentadas como coniventes, portanto, inimigas da identidade dominante. Esse discurso só tende a deteriorar a situação desses indivíduos identificados no outro interno, permitindo novas práticas de política de extermínio ainda mais desumanas que governos anteriores.

5.4 Witzel

Witzel é outro representante político influente em questões de segurança pública, como atual – 2019 – governador do Estado do Rio de Janeiro, ele se elegeu com o apoio de Bolsonaro, seguindo a mesma campanha de pulso firme contra a criminalidade e o tráfico de drogas usando do mesmo discurso de guerra e terrorismo para propor seus projetos de segurança pública.

²² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/12/14/bolsonaro-diz-que-quer-dar-carta-branca-para-pm-matar-em-servico.htm>

²³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/18/actualidad/1526678234_506206.html

²⁴ Disponível em: <https://pedromaganem.jusbrasil.com.br/noticias/328582636/bolsonaro-defende-que-a-pm-mate-mais-no-brasil>

Assim como Bolsonaro, Witzel defende o discurso de “carta branca” policial em situações envolvendo essas alteridades na segurança pública do Rio de Janeiro, seu discurso é o mais evidente no que tange o reconhecimento dessa alteridade como inimiga do Estado e de um ideal de nação. O discurso de Witzel repete o discurso de Bolsonaro sobre a atuação das Forças do Exército se referindo ao caso recente onde traficantes alvejaram um bar em um município da região metropolitana do Rio:

“[...] a polícia não atira em bar, a polícia não mata pessoas inocentes. A polícia vai para o confronto quando é possível enfrentar os traficantes”²⁵ - Discurso proferido após participação em solenidade de abertura da 5ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, organizada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ).

Ao proferir tal discurso, Witzel reproduz o discurso de desclassificação de determinadas vidas encontradas em regiões marginalizadas, comparando a criminalidade dessas regiões a conflitos armados onde a lei humanitária internacional se encontra em voga. A intenção aqui é legitimar uma atuação com o objetivo de eliminar o inimigo, em um embate envolvendo nacionais desumanizados. Recentemente, o governador afirmou:

"O vagabundo bandido quer atalho e aí nós cidadãos não vamos aceitar isso. A nossa polícia, ela não quer matar. Mas nós não queremos ver cenas como aquelas que nós vimos, na Cidade de Deus, que, se fosse com autorização da ONU, em outros lugares do mundo, nós tínhamos autorização para mandar um míssil naquele local e explodir aquelas pessoas." - declaração em uma solenidade em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.²⁶

Ao referir sobre os “atalhos” buscados pelos bandidos, Witzel repete o mesmo discurso da fantasia que apresenta um sujeito roubando o desejo de plenitude às custas daqueles que não estão tendo seus desejos alcançados justificando uma solução simples para resolver a questão. A solução, segundo ele, propõe políticas de segurança que ignoram a presença de outros indivíduos, legitimando e permitindo a aplicação de políticas de guerra. Políticas que reproduzem as

25 Disponível em : <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/policia-nao-mata-inocentes-diz-witzel-ao-comentar-acao-de-criminosos>

26 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/14/em-discurso-witzel-fala-em-jogar-missil-em-trafficantes-na-cidade-de-deus.ghml>

alteridades como inimigas, seguindo a linha discursiva de Bolsonaro, com o intuito de tornar a identidade dominante uma identidade hegemônica.

Essas construções e reproduções das favelas e do favelado como reduto do tráfico, a concentração do mal, acabam por induzir uma alteração na aplicação do uso da força através de um direito diferente do aplicado em situações civis regulares. Isso é evidenciado por Witzel ao afirmar que em outros lugares do mundo com autorização da ONU eles poderiam contra-atacar com “mísseis”. Apesar de Witzel propor um escalonamento do uso da força a partir da aplicação da lei humanitária internacional utilizada em conflitos armados, o crime organizado não se encontra dentro dessa classificação de conflito, fazendo com que o direito internacional aplicado ainda seja derivado da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entretanto isso não serve de contenção para o uso da força como mostrarei na próxima seção.

5.5 Uso da Força e Direitos Humanos

A legitimidade do uso da força do Estado, conforme Esptein (2010), seria derivativa das dinâmicas entre os múltiplos campos das subjetividades socializadas e das práticas habituais cotidianas que tem o poder de influenciar no comportamento do Estado e na produção do discurso da “verdade” (Esptein, 2010). Derivado dessa afirmação, a correlação da legitimidade com a intervenção nas favelas, conforme os discursos apresentados pelos representantes políticos anteriormente, projeta a ideia da intervenção como forma de proteger o desejo de plenitude e estabilidade de uma identidade hegemônica ideal, vinculado diretamente a securitização dessa identidade como um dos meios para legitimar o uso da força em zonas marginalizadas.

O Brasil, conforme o artigo 5º da Constituição, caput, sobre o Princípio Constitucional da Igualdade²⁷ e Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos humanos²⁸ da qual o Estado é signatário, deveria conceder tratamento igual a todos os seus nacionais sem nenhum tipo de discriminação ou exclusão. Entretanto, a realidade das narrativas apresentadas anteriormente nos mostra uma tentativa

27 Disponível em: <https://anajus.jusbrasil.com.br/noticias/2803750/principio-constitucional-da-igualdade>

28 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

continua de buscar formas legais de romper com essas normas devido ao desejo de estabilizar uma identidade hegemônica a partir de uma identidade dominante. Esse processo hierarquiza a sociedade brasileira em níveis de humanidade, posicionando determinados indivíduos abaixo da categoria do humano, permitindo à um aparato estatal de repressão aplicar um tipo diferente de direito nessas zonas marginalizadas mesmo que contrário as determinações constitucionais e de direitos humanos.

Segundo Thula Pires (2018), o potencial dos direitos humanos e da lei é formado a partir da própria concepção de humanidade traçada a partir do sujeito soberano (homem, branco, cis/heterossexual, cristão etc.) o que também interfere na definição do sujeito legal apresentado na narrativa jurídica construída. Isso implica na normalização da zona do ser como representativo social da estrutura que condiciona o entendimento da violência, que como padrão para a resolução do conflito da zona do não-ser replica “a *proteção ilusória*” de que a lei estaria oferecendo para corpos marginais.

Pires (2018) defende que o discurso de Direitos Humanos na zona do não ser não revela a violação da lei, mas o funcionamento perfeito dela sobre os termos dos quais ela foi concebida, uma vez que as categorias legais foram criadas para e pela zona do ser. Do ponto de vista do desenvolvimento da lei e seu processo de aplicação, as experiências de violência que ocorrem na zona do ser determinam os contornos da proteção e o vocabulário do qual as violações serão feitas inteligíveis. Além deste espectro, a violência é naturalizada, institucionalizada, e geralmente legitimada como uma política de (in)segurança pública, o que faz com que a composição dos conflitos na zona do não ser seja baseada na violência como norma, especialmente quando é produzida pelo Estado (Pires, 2018). Tendo em vista essa perspectiva de Pires (2018), diante desse processo de identificação do Estado brasileiro, as violações de direitos humanos referentes a *igualdade* só seriam possíveis dentro da zona do ser, acima da linha do humano.

Como resultado dessa análise as práticas de segurança doméstica brasileira funcionam como um mecanismo de imposição de uma identidade dominante; transformando a polícia brasileira a que mais mata no mundo, com dados maiores que muitos países em situação de guerra, segundo relatório da Anistia

Internacional²⁹. Segundo os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, mais da metade dos 52.198 mortos por homicídio em 2011 eram jovens moradores de periferias do Rio de Janeiro, dos quais 71,44% eram negros e 93,03% do sexo masculino, as pesquisas também apontam que a cor da pele é o principal motivo de suspeição policial. A Human Rights Watch, apontou seletividade na impunidade de policiais contra vítimas de homicídios no Brasil, de acordo com o relatório da Força letal:

A Human Rights Watch notou que, em geral, as autoridades policiais e as autoridades do sistema de justiça criminal— inclusive os Procuradores-Gerais de Justiça dos dois estados— concordam que os policiais implicados em execuções extrajudiciais raramente são responsabilizados criminalmente. Na maioria dos casos analisados neste relatório, nenhum dos policiais envolvidos foi responsabilizado. Muitos casos foram arquivados sem ao menos serem julgados ou resultarem em denúncias penais (Força Letal, 2009. p.6).

A partir das análises da Human Rights Watch nota-se que a seletividade também determina quem é digno de ser investigado ou não, segundo a vítima do homicídio. Quando se trata de um homicídio contra um negro ou contra um indivíduo periférico, a tendência é dificultar a abertura de inquéritos para investigação. Essa realidade constante demonstra uma prática normalizada de desvalorização do corpo negro e do corpo periférico diante de uma identidade fragmentada onde alguns são passíveis de eliminação.

Diante de tais narrativas de representantes políticos e desses números resultantes das políticas de segurança pública, o que se demonstra é que a identidade nacional brasileira se constrói por meio da crise e de forma fragmentada, dividida em diversas alteridades acima e abaixo da linha do humano onde determinadas narrativas acima da linha do humano são reproduzidas como normativas e adotadas como modelos a serem replicados de forma universalizantes, enquanto outras narrativas abaixo da linha do humano são tratadas como desviantes, impedimentos ou ameaçadoras para a constituição de uma narrativa hegemônica que satisfaça o desejo de estabilização de uma identidade brasileira completamente situada acima da linha do humano permitindo políticas violentas para

29 Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/09/amnesty-international-releases-new-guide-to-curb-excessive-use-of-force-by-police/>

a contenção e eliminação dessas outras identidades caracterizadas como indesejadas.

6 CONCLUSÃO

Nesse trabalho desenvolvi o conceito de subjetividade lacaniana que observa o sujeito como radicalmente social e fundamentalmente incompleto. Segundo a abordagem lacaniana, para nos tornarmos sujeitos nós precisamos nos identificar com um significante, que se torna o loco da nossa identidade e mediador com o mundo social. Estes significantes fornecem um lugar para nós dentro da ordem social – uma identidade – assumi-los nos garante reconhecimento social dos outros. No entanto, esses significantes são fonte de uma alienação insuperável, já que entrar no mundo social está conectado com uma “perda primordial”, porque as fontes que utilizamos para nossa constituição como sujeito são pertencentes a ordens exteriores, fazendo com que os sujeitos se reconheçam como tal através da limitação causada pela imersão no mundo desses significantes. Essa limitação leva a perda de um estado pré-simbólico de perfeição, permitindo ao indivíduo desenvolver o desejo, incluindo o desejo de recapturar essa plenitude pré-simbólica. Esse desejo de recaptura dessa plenitude é perseguido através da fantasia, uma estrutura discursiva que concede ao sujeito uma narrativa que busca justificar essa alienação insuperável prometendo uma resolução harmoniosa do preenchimento do vazio, ao mesmo tempo em que sustenta uma dimensão paranoica que nos ilude ao tentar explicar porque não alcançamos a realização do nosso desejo. E é nessa dimensão paranoica do desejo roubado pelas limitações sociais que a fantasia dialoga com a segurança ontológica produzindo uma ameaça ao nosso desejo onde esses discursos reproduzem a imagem de um “outro” que roubou o desejo de plenitude de “nós”, securitizando determinadas narrativas identitárias em detrimento da (in)securitização de outras.

Ao utilizar a abordagem lacaniana e a segurança ontológica para analisar os discursos que constituem a identidade brasileira, observei que o discurso de fantasia no caso brasileiro se refere a uma frustração constante do alcance de um projeto político futuro de plenitude da nação brasileira, baseado na imersão do Brasil no sistema internacional, onde uma identidade dominante que se identifica com as alteridades de países ocidentais desenvolvidos buscaria se tornar hegemônica dentro da Nação. Entretanto, ao se deparar com a alienação insuperável produzida pela frustração constante de não se enquadrar nessa classificação devido a

características subjetivas, o Brasil justifica seu fracasso através do discurso da fantasia com a identificação de bodes expiatórios presentes dentro de si que estariam impedindo o alcance do desejo de plenitude e estabilidade. A produção dessa fantasia corrobora a ideia de uma identidade brasileira fragmentada, onde a presença de certos indivíduos situados *abaixo da linha do humano/na zona do não ser* estariam impedindo que uma identidade dominante situada *acima da linha do humano/na zona do ser* se torne hegemônica dentro do Estado. Esse bode expiatório, pertencente a nação, é então representado como um impedimento para a concretização do desejo de plenitude, sendo desumanizado, desnacionalizado, (in)securitizado e transformado em inimigo da Nação, permitindo que uma série de políticas violentas de contenção e eliminação sejam produzidas em defesa de um ideal de nação que não pode ser alcançado.

Ao estabelecer essas relações, acredito ter alcançado de forma satisfatória o objetivo principal desse trabalho de explicar os motivos que levam a violações de direitos humanos de civis brasileiros dentro das favelas, denunciando práticas violentas da segurança pública por parte do Estado ao demonstrar como os processos de identificação são baseados em narrativas e discursos que permitem a desumanização, a desnacionalização e (in)securitização de alteridades marginais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Roberto (1997). **A Política Externa Brasileira e o “Sentimento de Exclusão”**. In: FONSECA JR, Gélson; NABUCO DE CASTRO, Sérgio H. (Orgs.) Temas de Política Externa Brasileira II. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1, 1997. p. 31-46.

ADAS, Michael (1990). **Machines as the Measure of Men: Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance** (Ithaca, NY: Cornell University Press), 210–12.

BLEGER, J. (1971). **Cuestiones metodológicas del psicoanálisis**. In d. Ziziensky (Ed.), Métodos de investigación em psicología y psicopatología (pp.113-131). Buenos aires: Ediciones Nueva Visión

BLEGER, J. (1980). **A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação**. In Temas de psicologia: entrevista e grupos (pp. 9-41). São Paulo: Martins Fontes.

CAMPBELL, David (1998). **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**, Minneapolis: University of Minnesota Press.

CANO, Ignacio (1997). **“The Use of Lethal Force by Police in Rio de Janeiro”**, ISER, Rio de Janeiro, 1997.

CAON, J. I. (1994). **O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. Psicologia: Reflexão e Crítica**, 7(2), 145-174.

CARDOSO, Lourenço (2010). **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, vol. 8, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 607-630, Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud, Manizales, Colombia.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de (1995). **Cidade escassa e violência urbana. Violência e participação política no Rio de Janeiro**. Série Estudos, n 91. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

CARVALHO, Monica Batista (2013). **A política de Pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura**. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013

CASTRO, Thales (2016). **Teoria das Relações Internacionais**. 2ª Edição revista e atualizada. Brasília, FUNAG.

CHIESA, Lorenzo (2007). **Subjectivity and Otherness: A Philosophical Reading of Lacan** (Cambridge, and London: MIT Press, 2007), 24.

COSTA, A., POLI, M. C. (2006). **Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise**. Pulsional: Revista de Psicanálise, 19(188), 14-21.

CROFT, Stuart. (2012) **Constructing Ontological Insecurity**: The Insecuritization of British Muslims. *Contemporary Security Policy* 33 (2): 219–235.

CUDWORTH, Erika. HOBDEN, Stephen (2014). **Civilisation and the domination of the animal**. *Millennium: Journal of International Studies* 2014, Vol. 42(3) 746–766.

DE SOUZA, Ricardo Alexandre Santos (2003). **A extinção dos brasileiros segundo o Conde de Gobineau**. Casa de Oswaldo Cruz. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

DIAS, Mariana; CHEQUER, Jamile; & MATTAR, Flávia (2010). **UPP**: Tecendo discursos. *Revista: Democracia Viva*.

DOWDNEY, Luke (2003). **Children of the Drug Trade**: A case study of children in organised armed violence in Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

ECHEVERRÍA, Bolívar (1998). **La modernidad de lo barroco**. México: Editorial Era, 1998, p. 82.

ELIA, I. (2000). *Psicanálise: clínica e pesquisa*. In S. albertini & I. Elia (Orgs.). **Clínica e pesquisa em Psicanálise** (pp.19-35). Rio de Janeiro: Rios ambiciosos

ENRIQUEZ, E. (1999). **Da horda ao estado**: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Zahar.

ENRIQUEZ, E. (2005). **Psicanálise e Ciências Sociais**. *Agora*, 8(2), 153-174. acesso em 10 de julho, 2008, em <http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a01v8n2.pdf>

EPSTEIN, Charlotte (2011). **'Who Speaks? Discourse, the Subject and the Study of Identity in International Politics'**, *European Journal of International Relations* 17, no. 2, 2011.

FANON, F., (1967). **Black skin, white masks**. New York: Grove Press.

FARIAS, F. R. (1996). **a pesquisa em psicanálise**: o cogito cartesiano e o inconsciente freudiano. In F. R. Farias (Org.), *Freud: o interesse científico de uma filosofia inquieta* (pp. 19-39). Rio de Janeiro: Revinter.

FIGUEIREDO, I. C. (2000). **Sobre pais e irmãos**: mazelas da democracia no Brasil. In M. R. Kehl (Org.), *Função fraterna* (pp.145-170). Rio de Janeiro: Relume drumará.

FOLEY, Conor (2014). **Pelo telephone**: Rumours, Truths and myths in the 'pacification' of the favelas of Rio de Janeiro.

FREUD, S. (1973). **Psicología de las masas y análisis del yo** (Luis López-Ballesteros & de torres, trads.). In *Obras Completas* (Vol. III, pp. 2563-2610). Madrid: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1921)

GARCIA, E. V (2011). **De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 54, n. 1, 2011.

GIDDENS, Anthony (1991). **Modernity and Self-Identity**: Self and Society in the Late Modern Age. Cambridge: Polity Press, 1991.

GORDON, L.R., (2006). **African-American philosophy, race, and the geography of reason**. In: L.R. Gordon and J.A. Gordon, eds. Not only the master's tools: African-American studies in theory and practice. Boulder and London: Paradigm, 3-50.

GROSFOGUEL, R., (2011). **Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political economy: Transmodernity, decolonial thinking and global coloniality**. **Transmodernity**: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World. 1 (1), 1-38.

IRIBARRY, I. N. (2003). **O que é pesquisa psicanalítica?** Agora, 6(1), 115-138.

KINNVALL, Catarina. (2004) **Globalization and Religious Nationalism**: Self, Identity, and the Search for Ontological Security. Political Psychology 25 (5): 741–767.

LACAN, J. (2003). **Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola**. In Outros Escritos (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1967)

LACAN, Jacques (1977). **The Four Fundamental Concepts of Psycho Analysis**. London: Penguin.

LAING, Ronald David (2010). **The Divided Self**. London: Penguin, 2010.

LEEDS, Elizabeth (1998). **Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira**: ameaças a democratização em nível local. In: ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEITE, Márcia da Silva Pereira (1995). Da **metáfora da guerra à mobilização pela paz**: temas e imagens do Reage Rio. Cadernos de Antropologia e Imagem, ano 3, vol. 4, 1995.

LOCKE, John (2003). **Two Treatises of Government and A Letter Concerning Toleration**, ed. Ian Shapiro (New Haven, CT: Yale University Press, 2003), 114.

MACHADO DA SILVA; L. A; LEITE, Márcia da Silva Pereira (2008). **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?** In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

- MALDONADO-TORRES, N., (2008). **Against War**. Durham: Duke University Press.
- MESQUITA, Rafael (2016). **A identidade internacional do Brasil**: uma síntese da literatura. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2016, p. 5-31
- MEZAN, R. (1995). **Freud, pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense.
- MIGNOLO, Walter D. (2005). **The Idea of Latin America**. Blackwell publishing.
- MITZEN, Jennifer (2006). **Ontological Security in World Politics**: state Identity and the Security Dilemma. European Journal of International Relations 12(3): 341–370.
- NICOLETTI, E. (2000). **Alojar o desamparo**. Revista Psicoanálisis y el hospital, 17, 8-12.
- POLI, M. C. (2005). **Pesquisa em Psicanálise**. Revista da APPOA, 29, 42-47.
- RAMOS, Silvia (2007). **Respostas Brasileiras à violência e novas mediações**: o caso do grupo cultural Afro Reggae e a experiência do projeto juventude e Polícia. Artigo.
- ROSA, M. d. (2004). **a pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica**. Revista Mal-Estar e Subjetividade, 4(2) 329-348. Acesso em 25 de setembro, 2005, em <http://www.unifor.br/notitia/file/184.pdf>
- ROSA, M. d. (2006). **Uma escuta psicanalítica de jovens de periferia**. In S. altoé (Org.), A lei e as leis (pp.183-194). Rio de Janeiro: Revinter.
- ROSA, M. d., DOMINGUES, E. (2010). **O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos**: a utilização da entrevista e da observação. Psicologia & Sociedade, 22(1), 180-188.
- ROSSDALE, Chris (2015). Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. International Political Sociology, 2015.
- ROUDINESCO, E. (1994). **Jacques Lacan**: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. São Paulo: Companhia das letras.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). **“Entre Prospero e Caliban. Colonialismo, Pos-colonialismo e interidentidade”**. Novos Estudos CEBRAP, no 66, julho 2003, p. 24-29. Acessível em http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prosp_ero_e_caliban.pdf
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G (2010). **O dia em que adiaram o Carnaval**: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Unesp, 2010.

SENTO-SÉ, João Trajano Lima (1998). **Imagens da Ordem, Vertigens do Caos. O Debate Sobre as Políticas de Segurança Pública no Rio de Janeiro, nos Anos 80 e 90.** Arché Interdisciplinar. Rio de Janeiro, v. VII, n.19, p. 41-73, 1998.

SOUSA, E. (2000). **(a vida entre parêntesis):** o caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, 12, (1), 11-19.

SOUZA, Amaury (2001). **A Agenda internacional do Brasil:** um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa. CEBRI. 2001

STEELE, Brent J. (2008). **Ontological Security in International Relations:** Self-Identity and the IR State. Abingdon: Routledge.

STEELE, Brent J. (2005) **Ontological Security and the Power of Self Identity:** British Neutrality and the American Civil War. *Review of International Studies* 31 (3): 519–540.

STRAVAKAKIS, YANNIS (2007). **The Lacanian Left.** Edinburgh University Press Ltd, 2007. P. 189 – p.210.

TAVOLARO, Sergio B. F. (2009). **América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio Centro – Periferia.**

VALLADARES, Lícia (2000). **A Gênese da Favela Carioca.** A produção anterior as ciências sociais.

VAN DIJK, T. (1997). **Political discourse and racism:** Describing others in Western parliaments. In H. Riggins (Ed.), *The language and politics of exclusion: Others in discourse* (pp. 31–64). London: Sage.

VENTURA, Zuenir (1994). **Cidade Partida.** São Paulo: Companhia das letras, 1994.

VIEIRA, Marco A (2017). **(Re-)imagining the ‘Self’ of Ontological Security:** The Case of Brazil’s Ambivalent Postcolonial Subjectivity. *Millennium: Journal of International Studies*.

WYNTER, S. (2003). **Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom:** Towards the human, after man, its overrepresentation—an argument. *CR: The New Centennial Review*, 3 (3), 257-337.

ZIZEK, Slavoj (1997). **The Plague of Fantasies.** London and New York: Verso.

ZIZEK, Slavoj (1989). **The Sublime Object of Ideology.** London and New York: Verso.

ZIZEK, Slavoj (1991). **Looking Awry:** An Introduction to Jacques Lacan through Popular Culture. Cambridge and London: MIT Press.